Paraná:
Desenvolvimento e Diferenças Regionais

Sergio Fajardo
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

Ano 2021

Paraná:
Desenvolvimento e Diferenças Regionais

Sergio Fajardo
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

Ano 2021

Atena
Editora
Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Paraná: desenvolvimento e diferenças regionais

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Autores: Sergio Fajardo
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F175 Fajardo, Sergio
Paraná: desenvolvimento e diferenças regionais / Sergio Fajardo, Luiz Alexandre Gonçalves Cunha – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-874-8
DOI 10.22533/at.ed.748210803

1. Geografia do Paraná. 2. Desenvolvimento. 3. Geografia Regional. I. Fajardo, Sergio. II. Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves. III. Título.

CDD 918.162

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Essa obra é o resultado de uma pesquisa realizada no período de Licença Sabática no ano de 2020. O objetivo foi estudar o processo de desenvolvimento regional do Paraná a partir da caracterização dos grandes espaços mesorregionais e a sua formação territorial. A investigação visa então iniciar a identificação das diferenças regionais no Paraná sob a ótica dos conceitos e das abordagens de desenvolvimento, buscando, no sentido teórico-metodológico, realizar uma primeira articulação entre as concepções e abordagens (do desenvolvimento) que englobam o regional, o local e o territorial.

Nesse sentido, consideramos um breve levantamento inicial de dados e informações sobre os espaços mesorregionais que abrangem os polos de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava.

A pesquisa junto ao grupo GeoDes (Grupo de Estudos sobre Geodesenvolvimento) da UEPG permitiu reconhecer algumas lacunas e demandas relativas ao debate sobre geodesenvolvimento que tenha como referência um olhar sobre o interior do Paraná. Nesse sentido, aspectos históricos, econômicos, sociais, ambientais e culturais são ressaltados.

A aproximação entre o grupo de pesquisa CNPq/Unicentro, Geografia Agrária, Ruralidades e Território (GEAR) representa um esforço com propósito de enriquecimento científico e conceitual relativo aos temas que envolvem o tema desenvolvimento, ao mesmo tempo em que atende preocupações e anseios da sociedade.

Sergio Fajardo

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O caminho da pesquisa é como uma trilha. Há momentos em que se chega a uma encruzilhada e é preciso parar, respirar um pouco, observar o local e verificar melhor direção, ainda que ambas as alternativas pareçam nos levar ao mesmo destino.

Ao refletirmos sobre o desenvolvimento do Paraná e as suas diferenças regionais, inicialmente, direcionamos o foco aos aspectos econômicos e sociais. Posteriormente, percebemos que, muito mais que um processo socioeconômico, a formação territorial do Paraná passou também por decisões e opções políticas e configurações culturais e ambientais influenciaram neste.

Ao distinguir os espaços regionais paranaenses identificamos particularidades que ressaltam um ou outro aspecto do recorte espacial. O chamado “Paraná Tradicional”, por exemplo, possui traços marcantes da formação histórica paranaense, desde o período colonial, passando por fases econômicas e contextos populacionais diversos.

No caso dos espaços de ocupação mais recente, como parte do Norte e do Oeste, são caracterizados por construções resultantes de outras dinâmicas, relacionadas a processos econômicos que avançaram durante o século XX. Assim, cada um dos principais municípios do interior paranaense, além da capital, possui especificidades socioeconômicas, populacionais e espaciais. Vale ressaltar os papéis do rural e do urbano e das decisões políticas que definiram as suas construções territoriais.

Ademais, as várias esferas do desenvolvimento permitem também olhares regionais com conotações culturais e ambientais, em que as opções históricas recentes interferem na condição atual dos espaços.

CAPÍTULO 1

SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO: UMA BREVE REFLEXÃO

O conceito de desenvolvimento possui várias acepções e recortes teóricos. Nesse sentido, a sua complexidade possibilidade uma diversidade de leituras, muitas das quais bastantes distintas e desconectadas.

A perspectiva econômica do desenvolvimento é considerada a mais hegemônica. A explicação para tal está no fato de que os debates relativos ao desenvolvimento econômico, surgidos após a Segunda Guerra Mundial, foram orientados pela ideia de progresso (OLIVEIRA, 2002). Assim, o uso do termo acaba, em geral, sendo relacionado com "a noção de progresso material e modernização tecnológica" (MARTINS, 2002, p. 52).

De acordo com Pimenta (2014) existe uma confusão histórica quando se busca associar o conceito de desenvolvimento com o de crescimento econômico, que se vincula ao sucesso do processo de industrialização medido pelo PIB *per capita*.

> A noção de desenvolvimento usualmente está vinculada à perspectiva do crescimento econômico, porém compreendemos que o conceito de desenvolvimento é mais abrangente, implicando em diversas dimensões da vida em sociedade. Assim, é importante pensar no "desenvolvimento humano", que indica a necessidade de um conjunto de requisitos de bem estar e qualidade de vida (CHIES; ROCHA, 2018, p. 68).

Com a finalidade de aproximar o conceito sob a ótica geográfica, é importante reconhecer o caráter espacial do desenvolvimento. Nessa direção, por exemplo, Goulart (2006) faz uso da visão de Milton Santos para explicar o poder das verticalidades e horizontalidades no território e seus efeitos no desenvolvimento local.

Tal condição fica clara quando lembramos da articulação espacial dos processos produtivos, em que grandes empresas e grupos econômicos constroem e reconstroem seus fixos e fluxos, criando uma espécie de solidariedade corporativa, onde os interesses de acumulação se sobrepõem às particularidades e diferenças locais (SANTOS, 2000).

Porém, essa dinâmica econômica, muito ligada a processos de acumulação e apropriação do território pelo capital, não se traduz em desenvolvimento. O desenvolvimento depende da atuação direta dos Estados Nacionais e não há registro de uma nação que tenha alcançado o que se chama desenvolvimento sem o papel atuante do Estado (CANO, 2013).

Para Souza (1997) é primordial superar a ideia de desenvolvimento ultrapassada, conservadora, etnocêntrica, historicista e economicista a fim de renovar o conceito com bases na dimensão social do espaço.

Outro ponto relevante ao se tratar do tema desenvolvimento é considerar a sua questão escalar. As escalas local, regional, nacional e global representam muito mais que recortes, mas sim espaços materializados como focos de interesses econômicos, políticas públicas e investimentos. Por essa razão, a opção por uma ou outra escala tende a direcionar as ações governamentais e privadas. Martins (2002) reforça que a escolha pelo desenvolvimento

local está atrelada à estratégia de geração de emprego e renda em bases locais. Nesse sentido, o caso europeu e a busca por soluções a partir do potencial endógeno das regiões são utilizados como referências.

> Frente a esta perspectiva, origina-se a temática do desenvolvimento local, que se fortaleceu na década de 1990, transferindo uma agenda de responsabilidades aos municípios. Frequentemente as ações convergiram para práticas de diagnósticos de potencialidades locais, considerando características sociais, culturais e ambientais dos municípios, a partir da tradição e vocação econômica e dos recursos naturais e humanos disponíveis. (CHIES; ROCHA, 2018, p. 68).

O desenvolvimento local, ainda que vinculado a uma escala específica de um recorte espacial, é definido de modo amplo, pois abrange várias dinâmicas inter-relacionadas, como a social, a econômica, a política e a cultural, que atuam em um território com características particulares (OLIVEIRA; SILVA; LOVATO, 2014).

Oliveira (1987) destaca que a concepção mais consolidada de região é aquela que a compreende como o resultado de uma síntese da formação social, econômica e histórica. Para o referido autor, na região se fundem o econômico e o político, constituindo um é um produto social da luta de classes. Nessa direção podemos vislumbrar uma região que é ao mesmo tempo um território, multidimensional, onde as materialidades e imaterialidades se combinam dialeticamente. Como foco de planejamento para o desenvolvimento, no entanto, as regiões nem sempre são abordadas adequadamente.

Em tempos em que a Globalização e o neoliberalismo, por décadas, tentaram impor modelos de produção e consumo, de forma perversa (SANTOS, 2000), o local apresenta-se como espaço de resistência e, paradoxalmente, como terra de luta para inserção e protagonismo social. Mas não se pode pensar em isolamento, mas sim em interações e relações entre regiões sem as quais o local não subsiste (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000).

A partir das múltiplas acepções, o desenvolvimento, além da sua relação escalar, é tratado também a partir de sua condição espacial enquanto rural ou urbana. Para termos uma ideia da complexidade, o próprio desenvolvimento rural pode ser questionado de acordo com a sua diferença em relação ao foco da questão agrária. A particularidade de um processo de desenvolvimento rural apoiado, por exemplo, em um modelo produtivista, concentrador e modernizante, aderido aos propósitos da chamada Revolução Verde, poderia estar muito distante da realidade de pequenos produtores familiares (SCHNEIDER, 2004).

Ainda que, originalmente, tenha prevalecido, por várias décadas, o viés econômico do desenvolvimento, durante a segunda metade do século XX destaca-se a postura dos chamados desenvolvimentistas, muitos dos quais preocupados com o chamado mundo subdesenvolvido, que tentam reforçar o caráter social da teoria do desenvolvimento, uma proposta sensível aos efeitos mais perversos do capitalismo (LIMA, 2015).

Para Furtado (1973) uma comunidade ou região pode aumentar a sua tenda por meio de três processos distintos. O primeiro diz respeito ao que é costumeiramente chamado de desenvolvimento econômico, em que o capital se acumula a partir de maior eficiência nos

processos. O segundo processo, de acordo com o referido autor, ocorre com a exploração de recursos naturais não renováveis. Por fim, viria a possibilidade de se realocar recursos e e investimentos com especializações produtivas, num contexto de divisão internacional do trabalho. No caso de um desenvolvimento regional em que espaços se diferenciam em termos de acumulação, investimentos e níveis de renda, como acontece no interior do Paraná, pode-se encontrar os três processos.

Institucionalmente, o Brasil teve programas de desenvolvimento regional fundadas na perspectiva cepalina. O desenvolvimentismo se orientou por grandes estratégias de desenvolvimento macrorregional, com tentativa de aplicação da teoria de polos de crescimento (ANDRADE, 1987). A proposta de Perroux foi conduzida institucionalmente, e trabalhada pelo IBGE, como alternativa para desenvolver regiões mais pobres a partir de projetos industriais (PEDROSA, 2017).

Favareto (2020) indica que os paradigmas estão sendo superados com a adoção de teorias do desenvolvimento a partir de perspectivas multidimensionais e multiescalares. Nesse sentido, a abordagem territorial se destaca.

Para pensar além do econômico, um ponto que ainda é pouco tratado, ou pouco difundido, nos estudos teóricos sobre o desenvolvimento é o papel da cultura em termos de valorização do patrimônio e da identidade cultural para a construção de um desenvolvimento local. Nessa perspectiva, Kashimoto, Marinho e Russef (2002) consideram como algo primordial para o sucesso das políticas de desenvolvimento local esse respeito às diferenças e à diversidade cultural da população e dos lugares.

> Defendemos que o desenvolvimento implica no acesso de qualidade à educação formal, à moradia digna, ao atendimento adequado nos serviços de saúde, à formação e profissionalização das pessoas, ao acesso ao lazer e à vida em comunidade, o direito a um ambiente menos degradado, ao respeito às diversas culturas e religiões (CHIES; ROCHA, 2018, p. 71).

O valor da educação para o desenvolvimento regional é outro tema bastante relevante. O papel das instituições de ensino e pesquisa para a formação e qualificação da população é evidente. No entanto, o reconhecimento desse valor nem sempre é alcançado, muitas vezes por conta da desinformação sobre os reais valores de cada área do conhecimento para a sociedade.

Para Rolim e Serra (2009) em uma região o fato de uma universidade, por exemplo, estar naquele espaço pode não significar nada se esta não estabelece vínculos. Desse modo, o impacto da instituição para o desenvolvimento regional depende de ações voltadas às questões regionais. Até o início dos anos 2000, grande parte dos investimentos em ciência e tecnologia no Paraná foram apoiados pela estrutura das universidades públicas (PRATES, 2006).

Outra esfera necessária ao tratar de desenvolvimento é a ambiental. Não é possível admitir que uma sociedade seja considerada como regionalmente desenvolvida se esta é assombrada por desastres ambientais, muitas vezes provocados pelo que seria considerado progresso ou desenvolvimento (LUDWIG; MATTEDI, 2016). O desafio das políticas públicas no sentido do desenvolvimento, como se pode observar, é atender todas essas demandas do território.

Nessa direção, emerge a preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento. Vista ainda como uma proposta, a construção de um desenvolvimento sustentável dependeria de um esforço global, que engajaria esforços de governos e sociedade civil organizada. Para Jara (1998), o desenvolvimento só será sustentável se atingir as esferas Ecológica, Econômica e Social.

Investir no ambiental também representa uma preocupação com o desenvolvimento. Alguns municípios do Paraná têm procurado a organização de consórcios municipais, a fim de efetivarem políticas ambientais (BROIETTI, 2017).

Para Sen (2018) o desenvolvimento é visto como fator de liberdade. Na visão do autor, a miséria é resultado de privações que vão desde uma alimentação inadequada a falta de acesso a educação, emprego, renda, segurança e direitos fundamentais. Criado em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que teve participação de Amartya Sen, introduziu como indicativos de desenvolvimento os critérios educação, expectativa de vida e renda (CEJUDO CÓRDOBA, 2007). Até então, o principal critério que avaliava o nível de desenvolvimento e riqueza dos países era o Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, o IDH vem sido questionado por ter critérios bastante restritos, não considerando elementos importantes que condicionam a qualidade de vida da população (BUENO, 2006).

Em 2015, a assinatura da Agenda 2030 por 193 países estabeleceu um conjunto de programas, ações e diretrizes para um Desenvolvimento Sustentável (TEZANOS VAZQUEZ, 2019). Os chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam compromissos e metas calcados nos pilares social, econômico e ambiental. Esse documento representou um avanço, pois o conjunto de países representados na ONU ampliaram a noção de desenvolvimento humano, adotando uma perspectiva multidimensional, que incluem além das questões sociais e econômicas, tópicos relativos aos direitos básicos, igualdade de gênero e empoderamento feminino, consumo sustentável e biodiversidade, entre vários outros.

A participação da sociedade civil organizada e a ampliação da representatividade são pontos importantes para os debates sobre o desenvolvimento, sob as lógicas multiescalares e multidimensionais, como aquela relacionado à abordagem territorial.

No Brasil, foi a Constituição de 1988 o fator impulsionador para “a criação de organizações e instituições locais sob a forma se conselhos, comitês, agências e consórcios que ultrapassam os limites municipais...” (PIRES, 2007).

Porém, alguns dos maiores esforços para implementação de planejamento com vistas ao desenvolvimento, foram iniciados em 2003, com políticas públicas tal quais a criação dos CONSADs, “Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, cuja ideia norteadora seria em admitir a existência de problemas locais que extrapolam os as divisas dos municípios (ORTEGA, 2014).

Diante do exposto, há que se considerar os fatores endógenos para o desenvolvimento regional, pois, muitas particularidades locais, inclusive ligadas às ações institucionais, refletem nos resultados socioeconômicos da região (OLIVEIRA, 2008).

CAPÍTULO 2

ASPECTOS DO CONTEXTO REGIONAL DA FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DO TERRITÓRIO PARANAENSE

O território, hoje paranaense, é ocupado, em sua maior parte, inicialmente pelos espanhóis que a partir do final do século XVI fixaram-se fundando em cidades e, mais tarde no início do século XVI foram estabelecidas missões jesuíticas. Esse "Paraná Espanhol" foi denominado Província del Guairá e a maior parte da população era composta por indígenas dos grupos Guarani e Jê (PARELLADA, 2009).

Alguns dos primeiros europeus a passarem pelo território onde hoje é o Paraná são identificados. "A baía de Paranaguá foi atingida primeiramente, a partir de Cananéia, por deportados e náufragos das expedições realizadas entre 1501 e 1514" (MAACK, 1981). Dentre os portugueses, um náufrago de nome Aleixo Garcia, que fora membro da expedição espanhola de Juan de Solis (que retornava do Rio da Prata), é considerado não apenas o primeiro europeu a cruzar o Paraná, mas a adentrar a América do Sul. Por volta do ano de 1524, em uma aventura em que teve a ajuda de vários indígenas chamados carijós, de etnia guarani que viviam no litoral catarinense, ele atravessou o território paranaense alcançando os Andes, onde teria saqueado ouro e prata dos incas, mas morto nem território hoje paraguaio no retorno (COSTA E SILVA, 2012).

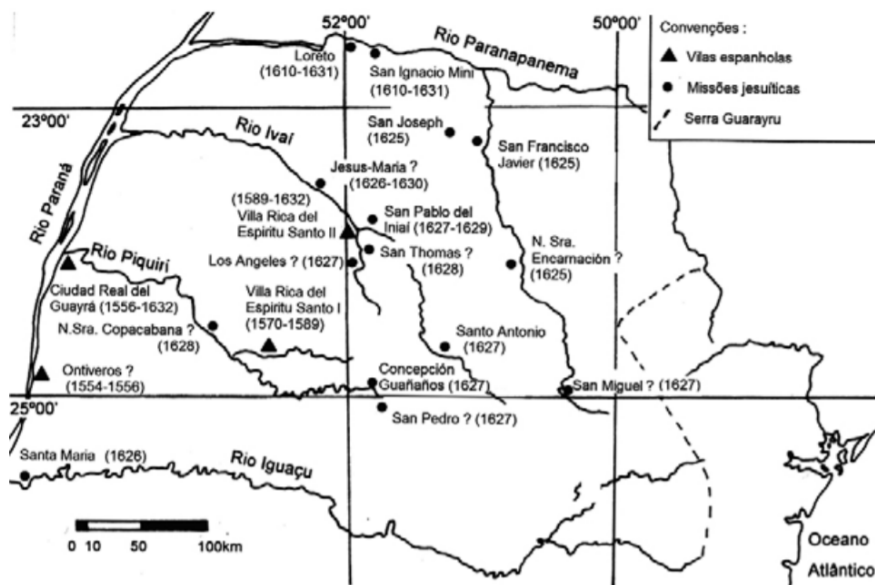
Outros pioneiros nas inserções ao território paranaense foram Francisco de Chaves e Pero Lobo, que partiram em uma expedição no ano de 1530, mas que nunca retornaram, Pero Lopes de Souza que, ainda na década de 1530, esteve no litoral onde tomou posse de uma capitania hereditária em 1536 (CARDOSO; WESTPHALEN, 1981). No caso dos espanhóis, o explorados Álvar Núñes Cabeza de Vaca. Esse personagem já havia deixado seu nome na História ao se aventurar por alguns anos em território norte-americano, entre naufrágios e desembarques na região da Flórida no Golfo do México, onde chegou em em 1528, foi capturado por nativos e depois de alguns anos, em 1537, consegue fugir e chegar até a cidade do México para retornar a Espanha, recebido como herói e relatar o ocorrido (MARKUN, 2009).

Já como *adelantado* espanhol, Cabeza de Vaca partiu, juntamente com mais de 200 pessoas, a maioria indígenas, em outubro de 1541 da região atual de São Francisco do Sul, no litoral norte de Santa Catarina, adentrou o território paranaense e percorreu o lendário Caminho de Peabiru para chegar então ao Paraguai (MAACK, 1981; PARELLADA, 2009). Ele é conhecido também como o "descobridor" das Cataratas do Iguaçu (MARTINS, 1995).

1 I O PARANÁ ESPANHOL

A chamada Província de Guairá, ou Vera, abrangia a maior parte do território paranaense. Em meados do século XVI os espanhóis já começavam a fundar suas cidades nesse na margem esquerda do rio Paraná, como *Ontiveros*, *Ciudad Real de Guayrá* e *Villa Rica del* Spírictu *Santo.* Após estabelecerem contatos com indígenas, sobretudo os Guarani, conquistando inicialmente uma relação de confiança dos mesmos por meio do chamado "cunhadio", os espanhóis decidem, no final do século XVI, doar terras aos Jesuítas, acreditando

que o estabelecimento de missões na região facilitaria a ocupação (COSTA; MENEZES, 2002).

Foi assim que, a partir de 1610, várias missões jesuítas são fundadas em território paranaense. A primeira foi *Nuestra Señora de Loreto del Pirapó,* localizada na confluência do rio Pirapó com o rio Paranapanema, no atual município de Itaguagé-PR. Logo em seguida, em 1612, é fundada a missão de San Ignácio Miní Na sequência surgiram várias outras localizadas próximas aos rios Ivaí, Tibagi e Piquiri. Os espanhóis, assim, ocupavam várias partes do Paraná.

Mapa de localização da Província del Guairá, com as comunidades espanholas e missões jesuíticas do final do século XVI/ início do século XVII.

Fonte: Parellada (2014, p 30).

Entre 1580 e 1640, com a unificação ibérica, a Coroa de Portugal foi anexada à da Espanha e os territórios passaram no continente americano passaram a ser encarados como terra de ambas as nações, o que levou aos portugueses em São Paulo, conhecidos mais tarde como “bandeirantes”, a extrapolarem os limites do Tratado de Tordesilhas e invadirem o território espanhol (BOGONI, 2008).

2 I A OCUPAÇÃO PORTUGUESA E O PARANÁ NO PERÍODO COLONIAL

A ocupação portuguesa no interior do Paraná inicia a partir do século XVII, no litoral, região de Curitiba e parte dos Campos Gerais. As inserções ao interior, direção oeste, começam a se intensificar no século XVII, com expedições militares (MAACK, 1981).

> A partir de Curitiba, no final do século XVII, temos nos séculos seguintes, XVIII e XIX, a conquista: primeiro dos campos do planalto curitibano nos arredores da cidade, em seguida dos campos gerais do segundo planalto e, por último, dos campos de Guarapuava já no terceiro planalto. A posse desses territórios pelos nacionais com fazendas de gado significou a expulsão das sociedades indígenas aí existentes para as matas, ou para as florestas do oeste e norte do Estado. (MOTA, 2008, p. 44).

A primeira atividade econômica que motivou a fixação de população, oriunda da colonização portuguesa, no Paraná foi a extração de ouro aluvial (FAJARDO, 2008). O surgimento de Curitiba deve-se a essa economia do ouro, que começa em Paranaguá e é decadência dessa fase que leva a busca por outras atividades (CHANG, 1988). Assim, os chamados campos nativos foram explorados com a atividade de pecuária extensiva e uso de mão de obra escravizada, relacionada diretamente com o Tropeirismo (Figura 1).

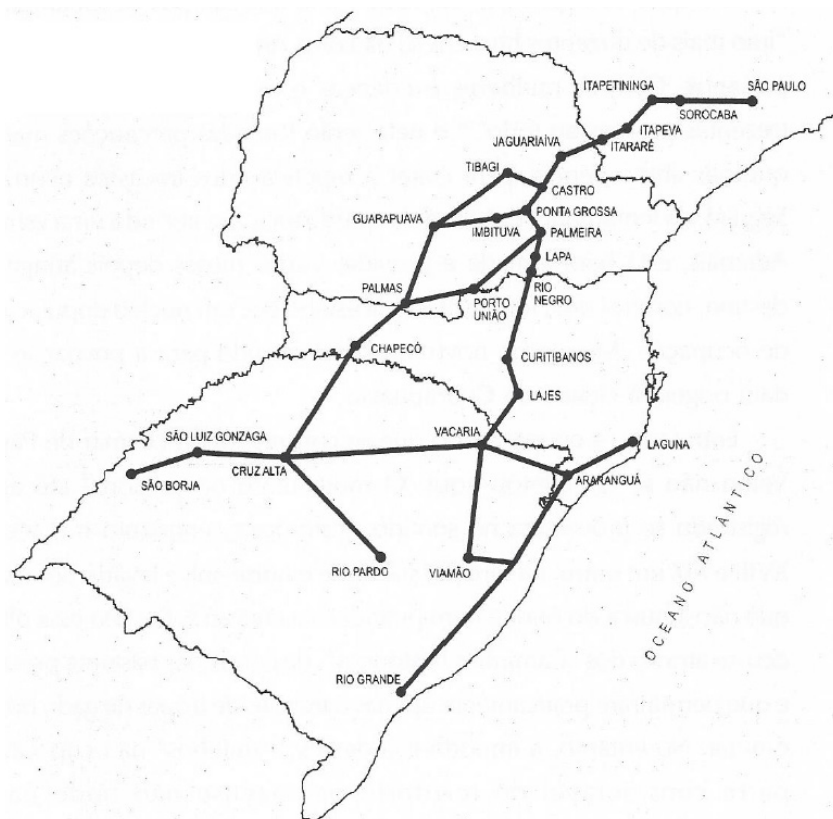



Figura 1: Mapa ilustrativo do Caminho das Tropas ente os séculos XVIII e XIX. Extraído de Padis (1980, p. 56).

FONTE: MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pillatti. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Boletim da Universidade Federal do Paraná, n.3, 1962

No século XIX, alguns viajantes e exploradores estrangeiros percorreram o território paranaense e fizeram vários registros sobre o interior, como John Henri Elliot, que em 1846 fez o reconhecimento do curso do rio Tibagi e localizou as reduções jesuíticas, como Nuestra Señora de Loreto, às margens do rio Paranapanema (ALMEIDA, 2011).

A região dos campos Gerais já era ocupada desde o século XVIII com a utilização de pastagens nativas. Mas somente no século XIX o Paraná conhece a sua emancipação como província desmembrada de São Paulo em 1853. Nessa época, o que caracterizava o território na porção ocupada do interior, eram, sobretudo, as atividades ligadas ao Tropeirismo, com o uso da pecuária extensiva em campos nativos.

Tais atividades já haviam iniciado na região de Castro, ainda no século XVIII. Um dos locais que eram "pouso" de tropeiros era a Fazenda Capão Alto, nas margens do rio Iapó (SZESZ, 1997). E de meados do século XIX até início do século XX a produção de erva-mate e a produção de madeira passaram a figurar como principais atividades econômicas, com a estagnação e enfraquecimento da pecuária. Ressalta-se aqui que, a comercialização de madeira já ocorria no território, hoje paranaense, desde o início do século XIX, com compradores do Rio de Janeiro e Bahia (BALHANA; MACHADO; WETPHALEN, 1969).

A expansão da ocupação do espaço paranaense, ocorre de forma segmentada no tempo e no espaço (FAJARDO, 2008). Desse modo, ao longo da primeira metade do século XX, parcelas do território vão sendo apropriadas e mais intensamente povoadas (Figura 2). Esses processos de colonização envolvem diretamente o Estado e companhias colonizadoras privadas.

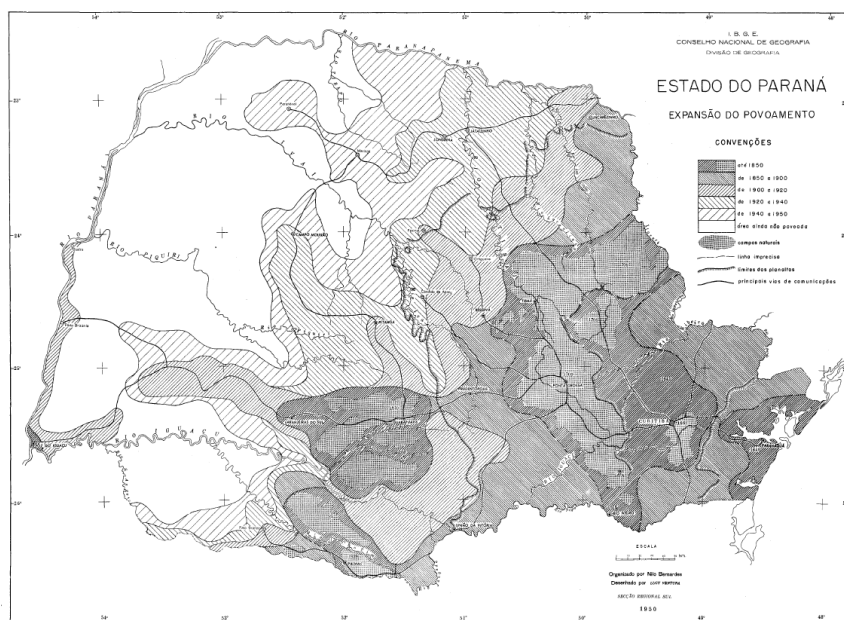



Figura 2: Mapa da Expansão do Povoamento do Paraná.

Fonte: Bernardes (1952, p. 439).

Vários esforços para ocupação da porção norte do Paraná vinham sendo realizados no século XIX, inclusive com a participação de estrangeiros como os irmãos Keller e Thomas P. Bigg-Wither participou da expedição contratada pelo Imperador D. Pedro II e conduzida por um engenheiro sueco, Capitão Palm, com o objetivo de estudar a possibilidade de construção de uma ferrovia que ligasse Curitiba a Miranda no Mato Grosso. (ALMEIDA, 2011).

3 I O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO PARANAENSE ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

O processo de ocupação do território paranaense no século XIX teve como um dos fundamentos a exploração econômica a partir das atividades agropecuárias (FAJARDO, 2008). Além dos perfis diferenciados de cada espaço, no que diz respeito às condições de relevo, solo, clima e vegetação, historicamente, os espaços regionais paranaense são marcados por distintas formas de exploração e povoamento.

O condicionamento natural é relevante em se tratando de ocupação. As limitações para avançar o território incluíam grandes rios, escarpas, serras e florestas. Ao serem ocupadas, as regiões se distinguiam em suas potencialidades, como por exemplo, as características de clima e solo.

Em relação aos solos, há algumas semelhanças entre os espaços paranaenses. As regiões de Ponta Grossa e Paranavaí, possui em comum solos bastante intemperizados e pobres em termos de nutrientes, sendo ambos derivados de arenitos, Furnas em Ponta Grossa e Caiuá no Noroeste. (FRITZSONS et al. , 2014). Essa característica influenciou diretamente no tipo de uso do solo.

Se desconsiderada a presença no território paranaense dos povos nativos (indígenas) e mesmo a ocupação espanhola no século XVI, e ainda a o povoamento espontâneo por grupos de caboclos e outros posseiros, como fazem Bernardes (1952) e Bernardes (1953), somente entre meados do século XIX e meados do século XX é que se completa o povoamento do Paraná (BERNARDES, 1952). Ou seja, em um período de cerca de 100 anos, um grande espaço com vasta vegetação nativa, de campos ou florestas termina por ser ocupado com exploração agropecuária.

As características fundiárias e os modelos agrários, distintos no tempo e no espaço, representaram uma diversidade nas formações regionais. Isso se reflete tanto no tamanho das áreas dos municípios como no tamanho médio das propriedades rurais. Tal informação é importante ser colocada em função do fato de que os modelos produtivos acabam sendo diretamente influenciados pelas condições de posse e uso da terra, de acordo com a condição regional. Um exemplo é colocado por Rangel (2012), quando aponta para as grandes diferenças regionais da agricultura familiar e camponesa no Brasil.

Dessa forma, seria inviável pensar em políticas de desenvolvimento regional que desconsidere essas diferenças, forçando a uma padronização do que seria como o público alvo, no caso camponeses e agricultores familiares. No tocante às políticas públicas para o campo vale ressaltar o valor do crédito proporcionado pelo PRONAF, além de programas para aquisição de alimentos e àqueles voltados à merenda escolar. Triches e Killian (2016) apontaram em seu artigo resultante de pesquisa em municípios paranaenses, que as

cidades maiores tendem a não atender ao percentual exigido de compras da Agricultura Familiar no PNAE.

No caso do Paraná, ainda que em menor escala, as diferenças da agricultura familiar são perceptíveis no território. No que concerne a formação da sua estrutura produtiva, esta foi resultado da exploração econômica em várias fases de ocupação, delimitadas no tempo e no espaço, modificando e construindo paisagens (FAJARDO, 2007).

Analisando o interior paranaense a partir do recorte espacial historicamente chamado de "Paraná Tradicional", este "período/espaço" carrega consigo todo um simbolismo das ocupações e povoamentos desde o período colonial. Trata-se de um espaço formado a partir da expansão de uma sociedade campeira e escravagista, a partir da grande propriedade e da exploração de campos nativos (Campos Gerais, Guarapuava e Palmas) e uso de mão de obra escrava.

Durante boa parte do século XIX essa foi a identidade paranaense que nascia como província em 1853. A sucessão de fases econômicas, passando da pecuária extensiva à exploração de erva-mate e madeira consolidou essa parte do território, culminando com a chegada de imigrantes europeus (ucranianos, poloneses, alemães e italianos, dentre outros), estabelecendo colônias muito além da atual região metropolitana de Curitiba.

Vários poloneses foram direcionados a colônias no Alto e Médio Iguaçu em áreas de matas mistas, que apesar de distantes de centros consumidores, foi possível integrarem-se à economia do mate e produzir para a subsistência (CHANG, 1988). Em finais do século XIX, a sociedade campeira tradicional estava em crise (BALHANA; MACHADO; WETPHALEN, 1969). Muitas fazendas já não conseguiam comercializar o gado em função da concorrência com criações de outras regiões.

Além disso, alguns fatos históricos abalaram a política estadual nessa época. Talvez o mais relevante tenha sido a Revolução Federalista, um conflito ocorrido entre 1893 e 1895, que surge no rio Grande do Sul, mas que acabou tendo desdobramentos no Paraná. No município da Lapa, um cerco ao avanço dos federalistas que vinham do Rio Grande do Sul, sob o comando de Gumercindo Saraiva, resistiu, ainda que em número menor. O então coronel Antônio Ernesto Gomes de Carneiro, que comandou as tropas governistas, foi um dos que morreram em combate, e o Barão de Serro Azul, um dos maiores produtores de erva-mate do Paraná, foi assassinado enquanto estava detido por ser acusado de traidor (CAMARGO JÚNIOR, 2018).

O Tropeirismo dá lugar à Economia do Mate em meados do século XIX. As grandes propriedades estavam decadentes, pois a atividade de pecuárias já não era rentável. Buscou-se então explorar as matas e a erva mate nativa (CHANG, 1988).

O Paraná Tradicional teve na imigração, além de um óbvio fator de incremento populacional, a base para o surgimento de pequenas propriedades para produção de alimentos que abasteceriam a população em crescimento e formariam um início de diversificação agrícola. No entanto, a imigração tradicional, inicialmente, não foi tão impactante do ponto de vista do fortalecimento econômico estadual. A produção de erva mate, que teve seu auge no final do século XIX (ROSA; SOUZA, 2019), passa por dificuldades no início do século XX. A decadência das atividades de erva mate e madeira acabam por representar uma estagnação econômica (PADIS, 1980).

A imigração atendeu uma demanda de mão-de-obra tanto para as lavouras de exportação como a cafeicultura em São Paulo, como para as pequenas lavouras de subsistência, que acabaram por ser as fornecedoras de alimentos para as cidades nascentes (CHANG, 1988).

Nesse início de século XX, a construção da estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande decretava definitivamente o fim do Tropeirismo e uma crise geral entre os grandes latifundiários. Alguns dos fazendeiros criadores de gado dos Campos Gerais acabaram vendendo suas propriedades para a colonização de imigrantes como os russos alemães (BALHANA; MACHADO; WETPHALEN, 1969). No tocante à infraestrutura, vale dizer que a primeira hidrelétrica no Paraná surgiu em 1910, no rio São João, em Paranaguá e pertencia a Companhia Força e Luz do Paraná, uma empresa privada (MACHADO, 1998).

Nesse contexto, novas fronteiras agrícolas são ocupadas. A colonização nos espaços ainda pouco explorados, mas não vazios, pois havia população cabocla, por exemplo, inicia com a identificação de duas frentes de ocupação. Nas primeiras décadas do século XX a porção norte do Paraná, sobretudo a parte mais central, passa a ser alvo de investimentos no sentido de colonização.

Quase no mesmo período, as regiões Sudoeste e Oeste também passam a ser ocupadas. Partindo de Guarapuava muitos núcleos foram sendo fundados nas proximidades do vale do rio Iguaçu, como Palmas, União da Vitória, Clevelândia, Pato Branco, General Carneiro etc. Mas, apesar de a Economia do mate fazer parte desse espaço desde o final do século XIX, a colonização do espaço Sudoeste-Oeste passa a ganhar força por conta do grande fluxo migratório oriundo do Sul, sobretudo com migrantes gaúchos, promovido pela colonização tanto pública como privada.

A autora Bernardes (1953) ilustra o contexto de parte da região, como o caso da colônia militar Xopim, antes da ocupação pela frente de povoamento.

> A colônia Xopim (altitude de 700 metros) foi localizada em região desconhecida e inculta ocupada por matas de pinheiros, a meio caminho entre os campos de Palmas e Guarapuava, já ocupados por famílias nacionais e onde se fazia sentir a necessidade de proteção militar. Destinava-se igualmente à proteção dos habitantes destes campos contra as incursões de índios hostis. Embora tivessem sido abertas as primeiras picadas para Palmas e Guarapuava, permaneceram os colonos em absoluto isolamento, sem quase nenhum contado com a civilização, o que impediu o desenvolvimento do núcleo inicial que não progrediu além de simples posto militar, em nada tendo contribuído para a expansão do povoamento no oeste. Muitos colonos ou seus filhos depois de alguns anos de exploração desordenada, abandonaram seus lotes em procura de terras devolutas mais ricas ou em situação mais favorável (BERNARDES, 1953, p. 9).

Almeida (2016) aponta que na década de 1960 o Paraná tem uma identidade frágil, em que há uma cultura gaúcha e catarinense no Sudoeste, paulista no Norte, contrastando com o regionalismo marcante dos Campos Gerais. Nota-se, assim, que a diversidade cultural e humana acompanha a ocupação e a exploração econômica.

O território paranaense é transformado a partir de processos que começam a ser acelerados em meados do século XX. Nesse sentido, torna-se necessária a estruturação

viária e a viabilização de atividades econômicas mais dinâmicas que possam dar autonomia e sustentar os espaços regionais.

Nas primeiras décadas do século XX as condições das estradas eram bastante precárias, o que dificultava o fluxo de pessoas e da produção agrícola local. Com o avanço da colonização foi necessário também melhorar as estradas existentes e construir outros acessos ao Sudoeste e Oeste.

Ainda em relação à infraestrutura, as dificuldades de promover as atividades econômicas nessas regiões de fronteira de ocupação incluíam as condições de acesso a água tratada e eletricidade. Um fato que ilustra o processo é de que somente em 1947 é criado pelo governo estadual o Serviço de Energia Elétrica do Paraná, que mudou para Departamento de Águas e Energia Elétrica, DAEE e, em 1954 era criada a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a COPEL (MACHADO, 1998).

Sobre o desenvolvimento do Paraná, Crocetti (2007) aponta seis interpretações históricas relativas ao desenvolvimento da economia paranaense. A primeira, seria a cepalina, apoiada no modelo centro-periferia e na política de substituições das importações. A segunda diz respeito à análise, já referida aqui, de Padis (1980), em que revela um Paraná construído à margem de São Paulo, e por ser periférica, essa economia encontrava fragilidades para a formação de uma indústria autônoma, por exemplo.

A terceira interpretação para o autor (CROCETTI, 2007), advém da atuação de governos como de Ney Braga (1961-1965) e Paulo Pimentel (1966-1970) que abrange parte do auge do período militar, com o chamado “milagre econômico”. Nesse momento, ainda que vista como complementar a São Paulo, a economia paranaense teve investimentos altos em infraestrutura, como em rodovias, ferrovias, melhorias no Porto de Paranaguá, criação de armazéns, e avanço das telecomunicações, além do uso do CODEPAR/BADEP/FDE a fim de mediar o crédito tanto agrícola como industrial. A quarta interpretação ocorre a partir dos anos 1970, em que os governos Jayme Canet (1975-1979) e Ney Braga (1979-1980), apenas ampliam investimentos em rodovias. Foi o momento em que o Paraná já havia iniciado um grande processo de modernização tecnológica da agricultura (FLEISHFRESSER, 1988; CUNHA, 2018).

Crocetti (2007) continua mencionando que a quinta interpretação sobre o desenvolvimento econômico do Paraná foi apresentada em 1988. Por meio de um documento do Ipardes – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, que evidencia o papel da cafeicultura, da modernização, diversificação e do Estado para o *boom* industrial a partir da década de 1970. Por fim, o referido autor encerra com a sexta interpretação é apoiada na perspectiva de crise econômica dos anos de 1980. Apesar das dificuldades e da falta de investimentos públicos, a economia conheceu um certo dinamismo, sobretudo por conta da agroindustrialização. Constata-se que a produção agroindustrial representa para o Paraná uma relevante participação econômica, atingindo quase todas as regiões (SESSO *et al*, 2020).

Cunha (2003) reforça que boa parte das interpretações dobre o desenvolvimento regional utiliza-se de uma perspectiva *etapista*, onde, por meio de uma visão homogeneizante do território, se explicaria as condições de desenvolvimento e subdesenvolvimento, as regiões mais atrasadas e as mais avançadas, desconsiderando a endogeneidade. O estudo

do Ipardes (2017) demonstra ter sofrido influência dessa essa abordagem ao delimitar espaços socialmente críticos no Paraná, em detrimento às regiões mais dinâmicas.

Porém, como lembra Cunha (2003), as regiões paranaenses possuem especificidades que, historicamente, afetaram diretamente as suas formações. Para o referido autor, essas seriam as trajetórias regionais, cujas particularidades incluiriam características territoriais presentes, abrangendo desde o tipo e produtividade dos solos, topografia, clima e densidade demográfica, configurando o processo histórico-geográfico distinto.

As diferenças regionais no Paraná não podem ser então encaradas simplesmente como algum tipo de fragilidade econômica, mas resultado de processos de ocupação condicionados por um contexto de configuração territorial. Os momentos da ocupação das regiões e as opções econômicas influenciaram nos modelos estabelecidos e não o contrário. Ainda assim, alguns processos como a modernização da agricultura, avançam sobre vários espaços regionais, condicionados por fatores como solo, clima e topografia (CUNHA, 1986).

Além disso, a evolução tecnológica promove desdobramentos nos processos de industrialização e modernização agropecuária, permitindo que regiões pouco aptas ao avanço das culturas modernas, tornem-se interessantes a partir de novos investimentos em modelos adaptados tecnologicamente. Dessa forma, uma nova etapa de agroindustrialização a partir da década de 1970 se espalha por vários polos regionais.

Nessa direção, Fajardo (2008) também reforça que da década de 1990, em que a desarticulação do modelo inicial de Complexo Agroindustrial, em que a redução e o apoio dos investimentos e financiamentos direto do Estado dá lugar a um mercado agroindustrial cada vez mais tecnológico e competitivo, com a presença de grandes corporações globais concorrendo com iniciativas nacionais, como as cooperativas agropecuárias.

Vale resgatar que as atividades industriais no Paraná até a década de 1960 eram, sobretudo, rudimentares e representadas por atividades de processamento de produtos primários (BRAGUETO, 1999; FAJARDO, 2008). Assim, o beneficiamento da madeira, da erva-mate, do café etc., faziam parte de uma indústria tradicional, sem bases tecnológicas (PADIS, 1980).

Entre as décadas de 1970 e 1980, o Paraná assume uma estratégia de industrialização complementar ao Sudeste do Brasil com a produção de bens intermediários na Região Metropolitana de Curitiba, RMC (RAMOS; NUNES; BIANCO, 2011). Nesse contexto, a própria atividade agroindustrial passa por transformações do Paraná. Enquanto a RMC amplia e incrementar a sua atividade industrial com a indústria automotiva e metalmecânica, o interior, concentra as suas forças na diversificação e agroindustrialização a partir de investimentos de cooperativas agropecuárias e grandes corporações globais do Agronegócio (FAJARDO, 2008).

Uma profunda transformação no campo (e na cidade) acontece a partir de dois processos concomitantes: a modernização tecnológica e a industrialização da agricultura. No Paraná, essas mudanças culminam no estabelecimento e consolidação do Complexo Agroindustrial (CUNHA, 2006; FAJARDO, 2006 e 2008).

Além da mecanização, a introdução de culturas voltadas a exportação e produzidas em larga escala, baseadas na grande propriedade, reforçou o aspecto seletivo da

modernização. Como consequência, a concentração de terra em espaços que ainda possuíam uma característica fundiária de predominância de pequenas propriedades, como o Norte do Paraná, é fator imperativo. O fim do domínio da cafeicultura naquela região representou a abertura para a expansão das lavouras modernas, sobretudo a produção de soja, articulada com o CAI.

Entretanto, da mesma forma que a ocupação do território e o povoamento ocorrem de modo diferenciado espacialmente, as diferentes regiões do Paraná foram afetadas de modo distinto pela modernização. Tal situação se explica pelas características fundiárias desse espaço e, também, pela condição de capitalização dos grandes produtores.

Uma forma de compreender esse fenômeno é observar como a fragmentação no território da parte norte difere daqueles espaços em que permanece uma concentração de terra e essas grandes propriedades convertem as suas áreas de produção tradicional em lavouras modernas. Também as áreas originalmente ocupadas por colônias de imigrantes europeus serão atingidas de forma particular, onde os mais capitalizados se inserem no processo, marginalizando grupos. Essas diferenças ficam claras quando comparados os espaços de Ponta Grossa, Londrina/Maringá, Cascavel e Guarapuava.

4 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REGIONAL PARANAENSE

Como já observamos em Crocetti (2007), na década de 1960, o governo do Paraná criou a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR). Tal fato resultou em investimentos para a construção de uma infraestrutura que incluía a malha rodoviária e a produção e distribuição de energia elétrica (SAAB; BRAGUETO, 2016). Os resultados dos investimentos foram a instalação de plantas industriais no Paraná apoiadas no potencial regional que tinha como base as atividades tradicionais, já modernizadas. Dessa forma, em alguns espaços do interior paranaense, as atividades agropecuárias representaram um ponto de partida para o desenvolvimento de indústria de processamento de matéria prima oriunda do campo.

Quando em meados da década de 1960, o CODEPAR é transformado em banco, o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), esta instituição passa a privilegiar, sobretudo, empreendimentos de grande porte, abrindo espaço para que grandes grupos empresariais se instalem no Paraná (BRAGUETO, 1999). Também algumas cooperativas agropecuárias começam a se destacar no Paraná com altos investimentos para a criação dos seus parques industriais.

Na década de 1970, surge uma agroindustrialização, sustentada pelo modelo do Complexo Agroindustrial (CAI) que articulava as atividades agropecuárias com setores industriais à montante e à jusante. Exemplos dessas atividades são as indústrias madeireira, de processamento de soja com a produção de óleos vegetais, da produção de álcool, rações, carnes etc (FAJARDO, 2008).

Desse modo, as várias regiões do interior do Paraná passam por mudanças nas suas bases produtivas. A agroindustrialização ganha centralidade dos investimentos. Percebe-se então que o processo de industrialização, nos moldes modernos, encontra condições

distintas nos espaços regionais. Parte da produção agroindustrial, ainda que articulada no território, concentra por parte da produção e dos investimentos em uma ou outra região, de acordo com a atividade ou cadeia produtiva a que se refere, por exemplo Soja e Carnes. Da mesma forma, a dinâmica econômica de algumas atividades promove uma concentração maior do capital e da renda em alguns espaços.

Concomitantemente, sobretudo a partir da década de 1970, alguns municípios do Paraná começam uma especialização produtiva. Fresca (2006) menciona os casos de Arapongas, Apucarana e Cianorte, sendo as duas primeiras localizadas no eixo Londrina-Maringá e a terceira no Noroeste. O que diferencia essas especializações é o desenvolvimento de atividades industriais a partir de investimentos modestos, nos ramos de móveis (Arapongas), roupas (Cianorte) e bonés (Apucarana). De acordo com a referida autora, na década de 1980 o número de estabelecimentos industriais nesses municípios se multiplicou, provocando uma dinamização nos municípios e ocupando uma boa parcela da população no setor industrial.

Assim, entre os anos 1980 e 1990, ocorre uma diversificação industrial no interior do Paraná. Como exemplo, podem ser citadas as atividades ligadas aos derivados de celulose na região Centro-Sul, a indústria têxtil próxima a Campo Mourão, Cianorte e Maringá, e, ainda, o crescimento e consolidação das atividades frigoríficas, produtoras de carnes, na região Oeste, abrangendo municípios de Toledo, Medianeira, Cascavel e Palotina, dentre outros (LIMA, 2020).

No Sudoeste do Paraná também há um APL de confecções, que surge ainda na década de 1970 e abrange municípios como Francisco Beltrão, Pato Branco e Capanema (CALDERARI, 2019). Podemos observar que boa parte dessas atividades estão relacionadas ao processamento de matéria prima agrícola, ou seja, podem ser consideradas como parte do conjunto agroindustrial.

Ainda que alguns dos casos citados possa não aparentar aproximação com a atividade agroindustrial, como a indústria têxtil, ela se articula com a agroindústria por conta de que o algodão constitui uma das matérias primas principais para essa produção.

Em meados da década de 1980, o Paraná chegou a ser o maior produtor de algodão do Brasil e essa grande produção foi a motivação para as indústrias de fios e de tecido instaladas em algumas regiões do estado e estimuladas por recursos do Badep (MASSUDA, 2005). Vale lembrar que, empresas como a *Sanbra* (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro) e a *Anderson Clayton*, já operavam no Paraná com a produção de algodão desde a década de 1930 (COSTA; SILVA, 2020). No decorrer das décadas de 1950, 1960 e 1970 essas empresas atuaram com o beneficiamento do algodão e o esmagamento da semente para a produção de óleo, além de outros produtos, como amendoim, milho e soja.

Porém, deve-se ressaltar que a presença dessas atividades, que fogem à lógica principal da agroindustrialização, baseada no processamento direto da produção agropecuária, fortaleceu regionalmente não apenas os municípios que originaram as atividades, mas também o entorno. Em outros municípios e regiões, essas especializações produtivas se articularam com a agroindústria. Casos como o de Telêmaco Borba e a indústria de papel e celulose, e de Toledo, com o processamento de carnes, ilustram essa situação.

O caso da indústria de papel e celulose é bastante emblemático. No município de Telêmaco Borba a atuação da empresa Klabin materializa uma territorialidade hegemônica. Conforme Mazer e Christoffoli (2020), ao se instalar na região na década de 1930, com incentivos dos governos estadual e federal, a empresa passa a assumir um papel polarizador das atividades da indústria de base florestal. Vários municípios do entorno também passam a se articular, alterando profundamente a paisagem dos Campos Gerais.

A partir dos anos 2000, no Brasil, o processo chamado de desindustrialização, reforça a dependência econômica de produção e exportação advinda de produtos semi-manufaturados (CANO, 2014). E o Paraná foi um dos estados que, entre 1996 e 2007 tiveram um grande crescimento em alguns setores industriais, como automotivo, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, têxteis e celulose e papel, mas que identificaram uma redução na proporção da indústria de transformação no PIB (SAMPAIO, 2015).

Nesse contexto, o interior do Paraná que, diferente de outros estados, possui atividades de mineração não muito relevantes quanto aos volumes de exportações, ainda tem nas atividades agropecuárias e agroindustriais um forte vínculo. Assim, a dinâmica econômica produtiva reforça as particularidades e potenciais de inserção dos espaços regionais. E a indústria do interior tem uma base agroindustrial muito forte.

5 | ASPECTOS DAS DIFERENÇAS REGIONAIS E OS POLOS DO INTERIOR DO PARANÁ

Do ponto de vista regional, alguns espaços acabam se especializando em cadeias produtivas. Assim, as várias regiões paranaenses, dessa forma, possuem singularidades constituídas por atividades muitas vezes distintas, mas articuladas.

Considerando o quadro econômico, urbano e populacional do interior do Paraná, cinco municípios se destacam como polos: Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Guarapuava. A força regional desses municípios como centralidades urbanas, já foi abordada por Ferreira (2011). A proposta aqui apresentada procura compreender como os processos de formação histórica e econômica influenciaram na conformação de uma diferenciação regional bastante nítida, sob vários aspectos. Ainda que os serviços urbanos manifestem toda a polaridade regional, a construção do espaço de influência desses municípios perpassa por condicionantes que incluem os fluxos de população e as zonas produtivas agropecuárias e industriais.

As várias divisões regionais ocorridas no Paraná contribuem não apenas para reconhecimento do território (FAJARDO, 2013). Além disso as regionalizações possuem a funcionalidade de fornecer parâmetros de recortes a fim de se utilizar dados, como por exemplo os censitários, em pesquisas e comparações regionais. Nesse sentido, a divisão mais recente do IBGE, em regiões geográficas Imediatas e Intermediárias (Figura 3), oferece a possibilidade de compreender a espacialização baseada em alguns polos que centralizam espaços.

Nessa divisão (IBGE, 2017), o Paraná possui seis espaços regionais denominados como “Regiões Geográficas Intermediárias” (Figura 3). Em cada uma dessas regiões, um

município polo constitui sua área de influência em que vários municípios menores são abrangidos. São as seguintes: 1- Região Intermediária de Curitiba; 2-- Região Intermediária de Guarapuava; 3- Região Intermediária de Cascavel; 4- Região Intermediária de Maringá; 5- Região Intermediária de Londrina.

Figura 3: Mapa das Regiões Geográficas Intermediárias do Estado do Paraná.

Fonte: IBGE (2017) e Ipardes (2020b).

No entanto, o quadro urbano Paranaense apresenta muitas peculiaridades. Muitas regiões classificadas como metropolitanas (regionais) foram sendo criadas ao longo dos anos. Tal fato permitiu que em um mesmo recorte espacial surgissem duas ou mais regiões metropolitanas, que polarizam pequenos municípios, em um espaço centralizado por uma cidade maior.

Essa situação ocorre, por exemplo com as centralidades regionais de: Campo Mourão, Umurama e Paranavaí dentro da zona abrangida por Maringá; Apucarana na área de influência de Londrina; Toledo, pato Branco e Francisco Beltrão no espaço de influência de Cascavel (Figura 4).

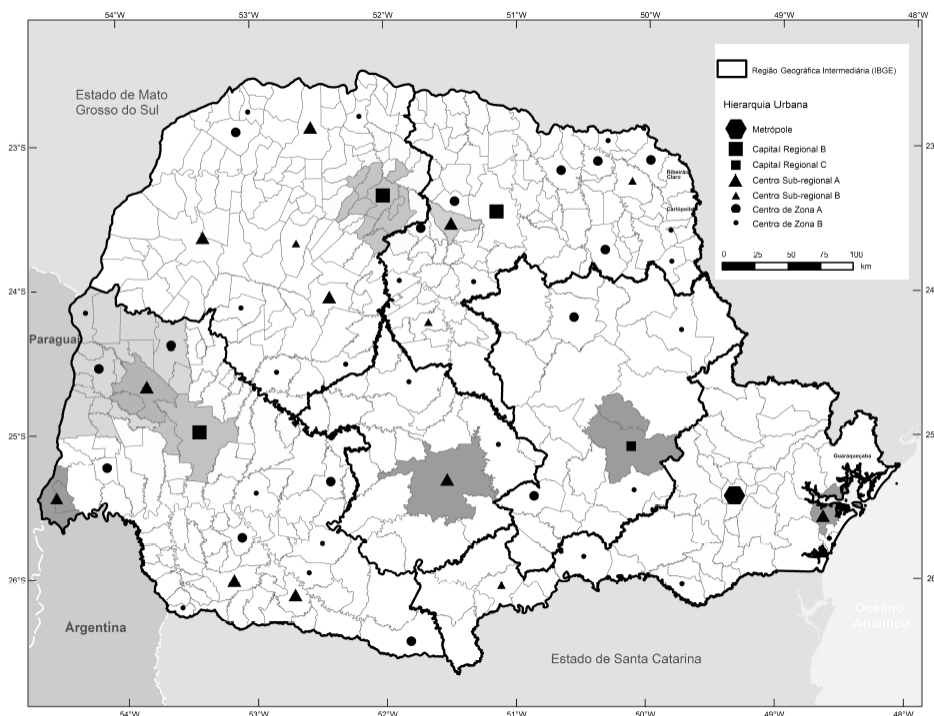



Figura 4: Mapa da Hierarquia, Concentração Urbana e Regiões Metropolitanas – Paraná.

Fonte: Ipardes (2020b).

Ao abordar as diferenças regionais, nos basearemos também em dados dos estudos 'Vários paranás" do Ipardes, publicados em 2005 e 2017. Como este se utiliza dos dados de IDH-M, torna-se importante abordar alguns pontos relativos à indicadores da educação e saúde no estudo comparativo entre os espaços definidos. Alguns esforços têm como foco as ações municipais para a saúde pública., Um exemplo é encontrado na obra de Busato et al (2020), que realizaram um estudo com vistas a estudar o perfil de governança da saúde nas administrações públicas municipais.

Zubyk et al analisaram a gestão dos gastos municipais com saúde e educação no Paraná entre 2001 e 2012. Os autores chegaram a conclusão que apenas uma minoria dos municípios paranaenses foram eficientes na execução dos gastos. Tal fato indica que é preciso acompanhar as gestões municipais, pois grande parcela dos pequenos municípios, por exemplo, depende de repasse de recursos federais e estaduais e a eficiência na aplicação destes interfere na vida da população.

No caso das estatais, entre meados da década de 1990 e o início dos anos 2000 seja um período marcado por uma onda de privatizações, como foi o caso do banco público estadual, o Banestado, e a empresa estadual de telefonia, Telepar. Outras empresas públicas, no entanto, resistiram, como a Copel e a Sanepar. A Sanepar foi considerada uma das empresas de saneamento mais eficientes do Brasil. E é estratégica por conta da

necessidade de controle social dos recursos hídricos (MEDEIROS, 2005).

A presença do poder público ocorre em todos os espaços regionais paranaeneses. Porém, as regiões mais dinâmicas, ou os municípios mais populosos ou economicamente mais fortes, acabam por concentrar grande parte dos serviços. Tais serviços incluem as sedes regionais de órgãos e instituições públicas localizadas em “cidades polo”.

Não se trata de admitir um retorno aos chamados “Polos de Desenvolvimento”, de Perroux (RIPPEL; LIMA, 2009), pois ainda que estarem centralizados por alguns polos regionais, o desenvolvimento de muitos dos pequenos municípios paranaenses não acompanha o centro urbano regional. Ou seja, há um processo de marginalização de pequenos municípios, em que a riqueza e o dinamismo de uma cidade-polo não chegam, resultando em miséria e abandono.

“O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo” (DESENVOLVIMENTO..., 2017, p. 8). Ramos, Nunes e Bianco (2011) afirmam que a desigualdade regional no Paraná está relacionada ao fato de que algumas regiões ainda dependem fortemente de setores tradicionais, enquanto outras procuraram a diversificação produtiva. Essa condição de fato existe, porém, é preciso deixar claro que alguns espaços regionais alcançaram a dinâmica econômica se aproveitando das atividades tradicionais, que foram modernizadas e inseridas de modo mais competitivo no mercado global.

Por outro lado, a diversidade do espaço e das paisagens do Paraná permitem outras atividades como o Turismo. Nesse sentido, o turismo rural e as atividades voltadas ao lazer passam a ser vistas como alternativas econômicas. A própria agricultura familiar utiliza dessa estratégia como complementação de renda, com a valorização da cultura e do ambiente da pequena propriedade rural (CANDIOTTO, 2013).

Algumas regiões do Paraná se aproveitam assim, das suas paisagens rurais como forma de agregar valor e renda. Esse potencial pode ser exemplificado com as pousadas rurais nos Campos Gerais (SILVA; FRANCISCO; THOMAZ, 2010), ou com as Caminhadas da Natureza no Vale do Ivaí (TONIOL; STEIL, 2012).

Essa diversidade do espaço paranaense também é constituída de populações tradicionais. Entre esses povos está a população quilombola. Essas comunidades abrangem, em sua maioria, municípios do chamado Paraná Tradicional, incluindo municípios como Ponta Grossa, Castro, Campo Largo, Lapa, Doutor Ulysses, Ivaí, Turvo, Guarapuava, Candói, Palmas e Curiúva, dentre outros, sendo alguns mais a oeste Foz do Iguaçu, Guaíra (CAMPOS; GALLINARI, 2017).

Outra população tradicional bastante relevante no Paraná é aquela denominada de faxinalense. O faxinal constitui-se em um sistema tradicional de ocupação e uso coletivo da terra ainda presente em algumas regiões do Paraná. Nerone (2015) aponta que essa prática era um costume comum na península ibérica e fora reproduzida na América do Sul a partir das missões jesuíticas.

O sistema se caracteriza pelo uso comum de áreas em meio à floresta como criadouros de animais (CHANG, 1988). Imigrantes, como os poloneses, acabaram por se integrar ao modo de vida dos faxinais. Derrubavam parte da mata, deixando as árvores maiores (WACHOWICZ, 2002). Fizeram uso dos criadouros comuns, dos faxinais.

Além desses criadouros comunitários essa população camponesa, identificada como

"faxinalense" possui agricultura de subsistência além de uma vida comunitária. Tavares (2008) e Souza (2010) enfatizam o caráter coletivo dessas comunidades. A identidade faxinalense reforça o aspecto destes, enquanto sujeitos sociais, que recentemente foram reconhecidos como povos tradicionais e passaram a se organizar na luta por seus direitos. Imigrantes, como os poloneses, acabaram por se integrar ao modo de vida dos faxinais e fizeram uso dos criadorous comuns (CHANG, 1988). Derrubavam parte da mata, deixando as árvores maiores (WACHOWICZ, 2002).

Os faxinais que ainda não sofreram desestruturação, em geral, localizam-se em áreas de floresta, com o predomínio de araucária em algumas partes e a presença do extrativismo de erva mate e pinhão. São, por essa razão, considerados grupos que contribuem para a defesa ambiental ao favorecerem o uso sustentável dos recursos naturais. Porém, os conflitos, a expansão agrícola e o êxodo rural têm provocado uma desarticulação de grande parte dos faxinais paranaenses que ainda sobrevivem (NERONE, 2015).

A propósito do debate ambiental, vale lembrar que em 1963, o Paraná sofreu um dos maiores desastres da sua história. Um imenso incêndio, sem nenhum precedente, atingiu cerca de 128 municípios, queimando lavouras, pastagens, casas, animais domésticos e o pouco de vegetação nativa que ainda existia, matando animais selvagens e 110 pessoas (PAIXÃO; PRIORI, 2015).

O Paraná possui uma vegetação das mais diversificadas do Brasil, porém, no ano de 2009, apenas cerca de 2% do território constitui unidade de conservação (VICENTE; VANZELA; TOREZAN, p. 2009). Para se ter uma ideia, até meados do século XIX, quando da emancipação da Província do Paraná, a cobertura florestal ainda abrangia 83% do nosso território (SONDA; BERGOLD, 2013).

O espaço rural paranaense foi impactado com o avanço das atividades agropecuárias modernas. O resultado desse processo se converteu em uma profunda transformação na paisagem, em muitos casos, acompanhada de desmatamento, processos erosivos e poluição das águas (FAJARDO, 2018). O empresariado acaba dependendo de estímulos financeiros para adotarem práticas ambientais corretas (PRATES, 2006).

Em contrapartida, o processo de urbanização avançou no interior Paraná a partir da década de 1950. Com a modernização agropecuária e a industrialização, municípios como Ponta Grossa, Cascavel, Londrina, Maringá e Guarapuava tiveram um acréscimo considerável em suas populações (MOURA, 2004).

No ano de 1960, enquanto Curitiba possuía 344.560 habitantes, Ponta Grossa já contava com 77.803 e Londrina 74.110 pessoas, e esses três municípios englobavam 43,5% da população urbana do Paraná (SOUZA, 1971). E em 1970 o Paraná já contava com cinco municípios com população urbana com mais de 50 mil habitantes, atingindo o número de 14 a partir dos anos 1980 (MOURA, 2004).

Apesar de serem identificadas duas relevantes aglomerações urbanas no Paraná, uma abrangendo O Curitiba e Ponta Grossa e outra no eixo Londrina/Maringá, grande parte dos municípios paranaense ainda mantém forte vínculo com o espaço rural (ROCHA; BARCHET, 2015).

A propósito, é preciso considerar a complexidade em se comparar os espaços ruais e urbanos em termos de desenvolvimento. Não necessariamente a presença maior ou

menor das atividades agropecuárias ou o maior ou menor nível de urbanização determina o nível de desenvolvimento social de uma região.

> [..] é preciso atentar-se para a complexa relação de interdependência e complementariedade entre os espaços urbanos e rurais no Brasil e os conceitos adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que segue os preceitos estabelecidos pelas leis municipais para a definição do urbano e, por resíduo, do rural. Essa orientação político-administrativa dos municípios não permite um recorte espacial perfeito entre os espaços e, em alguns casos, expressa de forma distorcida a realidade e a diversidade deles (DESENVOLVIMENTO..., 2017, p. 10).

Conforme já exposto, o interior do Paraná, como um todo, articula-se em rede com atividades agroindústrias. Regionalmente, alguns espaços se especializam, outros estabelecem relações diretas entre si, formando uma dinâmica de fluxos onde algumas áreas são responsáveis pela produção agropecuária, enquanto outras processam, armazenam e comercializam.

> Não se deve esquecer, entretanto, a forte produção industrial dispersa por todo o norte do Estado vinculado aos complexos agroindustriais, sejam eles de sistemas cooperativos ou da iniciativa privada de capital nacional ou internacional que responde por significativa participação na geração de renda, empregos, no PIB estadual, nas exportações do estado, dentre outras. (RIBEIRO; RIBEIRO, 2009, p. 88).

Por outro lado, a dinâmica dos pequenos municípios com base agrícola, muitas vezes é muito fraca levando estes a uma estagnação (MOURA, 2009). Tal situação é muito comum no interior do Paraná, onde alguns municípios concentram a maior parte da população e dinamizam a economia regional em detrimento de vários pequenos municípios (em população) com economia muito fragilizada dependentes de uma rede de serviços urbana centralizada nesses centros maiores, as chamadas “cidades médias”.

No sentido de compreender melhor essas centralidades regionais, a seguir trataremos do de algumas particularidades destes polos.

CAPÍTULO 3

UM OLHAR SOBRE PONTA GROSSA E OS CAMPOS GERAIS

Ponta Grossa está localizada dentro do bioma das araucárias ao mesmo tempo em que possui uma vegetação dominante de gramíneas do tipo savana gramínio-lenhosa (FRITZSONS et al. , 2014). A formação territorial da região conhecida como Campos Gerais no Paraná, tem origem na ocupação desses campos nativos com a pecuária extensiva, sobretudo a partir do século XVIII (WACHOWICZ, 2002). No início do século XVIII os Campos Gerais e os chamados “sertões do Tibagi” vinham sendo ocupados por fazendeiros paulistas e a abertura da Estrada da Mata em 1728 representou um marco para o fluxo de pessoas e gado entre o sul do Brasil e as proximidades de São Paulo (PICANÇO; MESQUITA, 2011). Essa estrada, que inicialmente ligava Lages (SP) a Campo do Tenente (PR), foi o principal caminho para as tropas que vinham do Rio Grande do Sul (GOULARTI FILHO, 2012). Nascia assim o caminho das tropas.

Essa atividade, de criação de gado nos campos nativos de altitude, estava diretamente ligada ao chamado Tropeirismo e predominou no Paraná até meados do século XIX, quando da fundação da emancipação da então província em 1853, ao se desmembrar de São Paulo.

Assim, municípios como Castro, Palmeira, Lapa e Ponta Grossa, possuem um vínculo histórico com a o modelo de sociedade campeira, escravagista e latifundiária (PADIS, 1980). Os chamados “pousos” dos tropeiros tornaram-se vilas e mais tarde, cidades e os campos gerais, que antes eram zona de passagem torna-se zona produtora de gado (BERNARDES, 1952).

Por outro lado, essa região também foi foco de colonização por imigrantes europeus entre o final do século XIX até meados do século XX. Essa população que chegava era diferente dos que já estavam presentes no Paraná, como caboclos, luso-brasileiros (COSTA; FERREIRA, 1999). Ademais, essa região era composta por um número bastante significativo de população negra, escravizada até 1888 (WACHOWICZ, 2002). Esse perfil notadamente se materializava nas vilas vinculadas à pecuária, como nas antigas Castro, Ponta Grossa e Palmeira (GUTIÉRREZ, 2006). E esse modelo de sociedade campeira foi reproduzido depois, em menor escala, nos campos nativos de Guarapuava e Palmas (RIBEIRO, 1989).

Os Campos Gerais estavam em processo de desagregação da sua estrutura produtiva, baseada na pecuária extensiva dos campos nativos. A chegada de imigrantes representou, de certo modo, uma esperança de mudar a situação. Porém, inicialmente, as primeiras colônias dos chamados “russos-alemães” foram instaladas em terras impróprias ao cultivo, com baixa qualidade, o que prejudicava a atividade agrícola (CHANG, 1988).

O crescimento urbano de Ponta Grossa foi inicialmente influenciado pela articulação com o sistema ferroviário nos anos finais do século XIX. Foi assim que, a constituição de um entroncamento ferroviário representou um aquecimento econômico ao facilitar a comercialização da produção e, também, atrair fluxo populacional para a região (NASCIMENTO; MATIAS, 2011).

Além de haver recebido vários grupos

de imigrantes no contexto da estratégia geopolítica de povoamento e de formação de pequenos proprietários agrícolas no Paraná (COSTA; FERREIRA, 1999), a região dos campos Gerais recebeu remigração de Irati dos chamados holandeses (oriundos dos Países baixos) em 1911, que estabeleceram uma colônia em Carambeí. Já no ano de 1934 em Castro inicia um núcleo de colonização alemã a chamada "Terra Nova", em uma área da antiga Fazenda Marilândia que foi subdividida em duas, Terra Nova Maracanã, com alemães reemigrados do Rio Grande do Sul, e terra Nova Garcez, com imigrantes oriundos diretamente da Alemanha (STEIN, 2014). Em Castro entre 1951 e 1954 forma-se também a Castrolândia (ou Castrolanda) formada por neerlandeses (chamados de "holandeses"). Em 1951 ocorre a remigração de menonitas (povo de religião menonita também associado aos russos alemães tinha origem na Frísia entre o norte da Alemanha e sul da Holanda) fundam a colônia de Witmarsum em Palmeira, em um processo de migração espontânea a partir da compra da Fazenda Cancela e imigrantes que estavam em Witmarsum, Santa Catarina.

Enquanto a pecuária se manteve como atividade principal, reproduziu-se nos Campos Gerais, uma estrutura de relações de poder baseadas no controle econômico e político por famílias tradicionais detentoras de terras. Em meados do século XX, a presença de imigrantes mais capitalizados e pioneiros no uso de tecnologias, por exemplo para a atividade leiteira (como aqueles oriundos dos Países Baixos), levou a região a um processo de modernização agropecuária.

O município de Ponta Grossa foi aquele em que o processo de urbanização mais se intensificou a partir da década de 1960. Por um lado, processo de modernização e diversificação afetou o espaço rural, refletindo em êxodo rural, ao mesmo tempo em que a industrialização atraiu um considerável fluxo de pessoas para a cidade (NASCIMENTO; MATIAS, 2001).

A questão locacional significou para Ponta Grossa algo estratégico para atrais investimentos. Estando relativamente próximo a Curitiba e ao Porto de Paranaguá, o município se beneficiou com a aglomeração de empresas, como aquelas vinculadas ao setor agroindustrial, que buscavam vantagens logísticas (PAGANI, 2006).

Mesmo que centralizada em Ponta Grossa, a diversificação agroindustrial nos Campos Gerais atingiu outros municípios vizinhos. Segmentos como o da produção de chapas e compensados em madeira, abrange municípios como Sengés, Ventania, Telêmaco Borba, Jaguariaíva e Piraí do Sul, além de Ponta Grossa (SOUZA; PORCILE, 2008). Vale ressaltar que grande parte dos municípios participam da cadeia nas etapas da produção da matéria prima. Assim, a atividade da silvicultura representa uma parcela significativa no uso do solo do espaço rural na região.

Ademais, o crescimento da participação econômica das cooperativas agropecuárias, originadas de imigrantes dos Países Baixos, representou um forte incremento nas atividades produtivas regionais. As cooperativas Castrolanda, Frísia (antiga Batavo) e Capal, juntas, atuaram na implantação de uma agropecuária científica e globalizada, com o uso de tecnologias e equipamentos modernos ampliaram a produtividade do leite, ao mesmo tempo em que investiram em uma agricultura intensiva (DIAS; FAJARDO, 2018).

Essas cooperativas empregaram esforços por meio do uso de técnicas para superar os problemas com o solo frágil da região. Wailbel (1958, p. 209) menciona que os solos

dos Campos Gerais “são lixiviados, arenosos e ácidos, pobres em elementos nutritivos e matéria orgânica.”

1 I ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUNS ASPECTOS FÍSICO-NATURAIS DA REGIÃO DE PONTA GROSSA

Conforme já fora colocado, o município de Ponta Grossa fica localizado em uma região de campos nativos permeados por uma floresta ombrófila mista com a presença de araucárias. Os solos são derivados de várias formações areníticas, típicas do chamado Segundo Planalto Paranaense.

A descrição geomorfológica dos Campos Gerais, espaço regional está localizado o município de Ponta Grossa, realizada pelo Mineropar (2006), indica dois planaltos inseridos nesse Segundo Planalto. O primeiro é denominado Planalto de Ponta Grossa, com altitudes entre 560 e 1080 metros e declividade média de menos de 12%. “As formas predominantes são topos alongados e aplainados, vertentes convexo-côncavas e vales abertos de fundo chato, modeladas em rocha do Complexo Granítico Cunhaporanga” (MINEROPAR, 2006, p. 48). O segundo tem a denominação de Planaltos Residuais da Formação Serra Geral, com altitude maior, variando de 760 a 1220 metros, declividade de até 30% e com “formas predominantes são com topos alongados aplainados, vertentes convexo-côncavas e vales em “V”, modeladas em rochas da Formação Rio do Rastro.” (MINEROPAR, 2006, p. 48).

Vale ressaltar que Ponta Grossa é um dos municípios abrangidos pela Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana, onde se localiza também alguns atrativos geoecológicos da região, como o Parque Estadual de Vila Velha, o principal ponto turístico de Ponta Grossa, além de outros como as Furnas, Lagoa Dourada, Buraco do Padre, dentre muitos locais. Folmann (2020) atenta para o fato de que o nome da escapa “Devoniana” é equivocado, pois essa feição seria mais recente.

CAPÍTULO 4

LONDRINA E A SUA POLARIDADE NO NORTE DO PARANÁ

"*Nasce Londrina. Criada por uma companhia colonizadora, no meio de uma mancha de pequenas propriedades, ela floresce admiravelmente. Deixa para trás, mortas, dezenas de cidades antigas, imersas la miséria latifundiária.*"

(Darcy Ribeiro)

Ainda no século XIX ocorrem inserções com objetivo de reconhecimento do território que abrangia as regiões entre os rios Tibagi e Ivaí. Os irmãos Franz e Joseph Keller, que haviam chegado ao Brasil em 1853, contratados por D. Pedro II para ajudar na construção de ferrovias, realizaram levantamentos na então Província do Paraná, percorrendo os rios Ivaí, Tibagi e Paranapanema (ALMEIDA, 2011).

O surgimento de Londrina está articulado com a ocupação do Norte do Paraná a partir da colonização dirigida por companhias colonizadoras. Padis (1980) realça o aspecto inédito desse empreendimento. O loteamento de uma área de mais de 13 mil quilômetros quadrados dominada por uma exuberante floresta tropical, com milhares e milhares de perobas centenárias, dentre outras espécies, em um curto período de tempo, resultou em uma paisagem dominada pelo cultivo de café.

É preciso deixar claro que, apesar de o espaço de grande parte do norte paranaense ainda estar coberto por uma densa mata pluviotropical (MAACK, 1981), essa área não era um vazio, como acabou se difundindo. A região Norte do Paraná, além de ter registros da presença indígena há centenas ou até milhares de anos, ainda possuía grupos indígenas fora dos aldeamentos conhecidos, como Kaingáng e os Xetá (MARTINS; FRANCISCON, 2018).

Um grande equívoco, ao nosso ver, está em apresentar o Norte do Paraná como um "vazio demográfico" até o início do século XX. O registro de populações nativas, datado de séculos antes da chegada dos europeus e colonizadores brasileiros, estava espalhada por todo o território paranaense e o norte não foi exceção. Ainda assim, geógrafos como a autora Bernardes (1953), mencionam o "despovoamento" dessa grande região. Bernardes (1953) chega a utilizar o termo "sertão vazio" e desconsidera a relevância dos chamados elementos dispersos ou isolados, como agricultores nômades, para a formação das frentes pioneiras de povoamento.

> Apesar da fundação da colônia militar Jataí, permaneceu o norte do Paraná, até o último quartel do século XIX como sertão desconhecido e desabitado. Não houve aí grande interesse do governo no devassamento do território e, por outro lado, a mata latifoliada, de penetração mais difícil, não foi invadida pelos caboclos e suas roças (BERNARDES, 1953, p. 26).

Obviamente, a presença de indígenas e caboclos não tinha uma abrangência geral no espaço, porém, estes se utilizavam da terra, da floresta e dos rios, que dominavam a paisagem. A vida dessas populações, ainda que esparsas, dependia da manutenção da rica floresta. Sendo assim, o Norte do Paraná não pode ser visto como uma região que foi "pacificamente" ocupada, pois, ocorreram sim, conflitos. Tomazi (1997, p. 270) afirma:

> Que haviam (*sic*) caboclos e índios na área que a CTNP *comprou* do estado não há sombra de dúvida, pois como já vimos anteriormente a própria CTNP participou, junto com o SPI no "remanejamento" deles para outras áreas.

Fora da área colonizada pelas companhias privadas, Priori (2010), menciona o evento chamado "Guerra de Porecatu", que aconteceu entre 1948 e 1951, em que camponeses teriam se mobilizado contra as ações do governador Moysés Lupion, organizando resistência e luta pelo direito de seguirem suas vidas na região.

> Quando, em 1945, Getúlio Vargas e seus interventores, entre eles Manoel Ribas, foram depostos, Moisés Lupion se elege governador do Paraná, iniciando uma administração que ficou marcada por intensos conflitos pela posse da terra no Norte do Paraná. As terras antes disponibilizadas aos posseiros eram agora questionadas por Lupion. Da noite para o dia, estes sitiantes viam suas posses serem cercadas, demarcadas; jagunços, grileiros, capangas invadiam casas, aterrorizando aqueles preocupados somente com o que por direito acreditavam a eles pertencer. (LEOCADIO, 2011, p. 884).

Nas áreas colonizadas por empreendimentos privados, diferente do que ocorreu em São Paulo, a expansão da atividade cafeeira no Paraná ocorreu, sobretudo, a partir do cultivo nas pequenas propriedades loteadas pela CTNP (depois denominada CMNP).

A cultura de café foi a base econômica para a construção regional do Norte do Paraná. Durante as décadas de 1940 e 1950 a atividade encontra o seu auge. Para Müller (2001, p. 89), "do ponto de vista econômico e paisagístico, o Norte do Paraná – criado pelo extravasamento da cultura cafeeira paulista – tem pontos de contato com o Estado de São Paulo". Esse aspecto é reforçado por Padis (1980) quando entende que a grande guinada econômica do território paranaense ocorre com a expansão da lavoura cafeeira.

O movimento gerado pelo café contribuiu para a diversificação das atividades, pois no entorno do café se cultivava algodão, amendoim, milho, arroz e feijão. A expansão da cafeicultura nos anos 1940 e 1950 também proporcionou uma a geração e acumulação de capital, pois nesse período o índice do preço de exportação do café era ascendente (IZEPÃO; GARDENAL, 2015).

Já nos anos 1960, ainda que predominante em vários municípios, a cafeicultura começa a perder espaço. Tratava-se de um esforço governamental implementar a modernização agropecuária e, com isso, ampliar a participação do país no mercado global de commodities.

Foi assim que o IBC criou o Grupo de Erradicação e Racionalização do Café (GERCA) em 1961 (PADIS, 1980). Muitos anos antes da geada de 1975 havia um processo de substituição de culturas que buscava introduzir, sobretudo, lavouras mecanizadas apoiadas no pacote tecnológico da Revolução Verde, como a soja. Ou seja, o processo de modernização da agricultura estava em andamento, o que a geada fez foi antecipar o fim do predomínio da cafeicultura no Norte do Paraná. O evento teve um caráter simbólico muito forte, mas seria ingenuidade colocar a culpa na geada por uma transformação que já vinha ocorrendo em várias partes do Brasil e estava iniciando no PR. Ao observar as cooperativas agropecuárias, tem-se a Coamo como um exemplo de cooperativa que surgiu já num contexto de diversificação e modernização.

Deve-se registrar que nem todas as áreas foram ocupadas por lavouras mecanizadas no Norte do Paraná. Alguns municípios possuem boa parte dos seus territórios com o relevo dissecado. Dessa forma, em grande parte de municípios como Apucarana, Jandaia do Sul e Mandaguari, dentre vários outros, a cafeicultura deu lugar a pastagens para produção de leite. Manosso e Nóbrega (2008), em um estudo geoecológico da paisagem, mencionam o caso de Apucarana, em que várias áreas do município são utilizadas com pastagens.

No decorrer da década de 1970 o processo de modernização avança. Nesse processo, o papel das cooperativas agropecuárias foi decisivo. Estas funcionaram como agentes do Estado, mediando o financiamento e incentivando os cooperados a diversificarem e modernizarem as suas propriedades (FAJARDO, 2008).

Nesse contexto, ocorre no Norte do Paraná uma profunda transformação na sua estrutura fundiária e no seu perfil agropecuário. Na região que abrange o eixo Londrina-Maringá, ao mesmo tempo em que ocorre uma concentração da terra, num quadro em que as inúmeras pequenas propriedades dão lugar a um número reduzido de grandes fazendas. O quadro se completa quando se consolida a agroindustrialização com base no processamento de soja, algodão e cana de açúcar.

Londrina, que fundada em 1929 e teve sua emancipação em 1934, teve na cafeicultura o principal fator impulsionador da economia (PAULA *et al*, 2013). Nos anos 1960 começa a ampliar a sua urbanização, chegando aos anos 1970 ao status de principal polo do Norte do Paraná.

Assim como boa parte do interior do Paraná, a industrialização de Londrina e da sua microrregião, na década de 1970, seguia a orientação de investimentos associados a ramos tradicionais, como as atividades agroindustriais (SAAB; BRAGUETO, 2016).

No final da década de 1970, a indústria de Londrina começa a se diversificar. É nesse período que, além da indústria alimentícia, participante do conjunto agroindustrial, surgem estabelecimentos industriais ligados aos ramos metal/mecânico, de material elétrico, de comunicação e de transporte (SAAB; BRAGUETO, 2015).

CAPÍTULO 5

MARINGÁ: ENTRE O NORTE E O NOROESTE

O município de Maringá divide com Londrina a centralidade da porção norte do Paraná. Oriundas de uma colonização dirigida pela mesma companhia, a proximidade entre esses dois municípios não impediu que os dois polos alcançassem um crescimento econômico e demográfico similar, ainda que Londrina contasse com uma posição à frente.

Como já foi mencionado, apesar de ser uma área com uma densa floresta por séculos, desde o período colonial, a região Norte do Paraná foi uma área com bastante trânsito, os europeus se interessavam em trocas com indígenas e, também, costumavam pagar a estes para guiá-los no território (ALMEIDA, 2011). Mas somente nas primeiras décadas do século XX é que de fato a colonização é efetivada.

A ocupação do Norte do Paraná tem em Maringá uma peça chave. O município foi planejado para se constituir em uma das cidades que centralizariam a região. Diferentemente de Londrina, que possui um caráter mais pioneiro, no caso de Maringá houve mais tempo para a que se efetivassem os planos da companhia colonizadora de modo mais organizado.

Além de Maringá, dois outros centros avançados foram projetados para constituírem-se em polos urbanos. Estes são Cianorte e Umuarama. Esses dois municípios, localizados no Noroeste paranaense, antes denominado de Norte Novíssimo, foram as duas últimas faixas de ação do planejamento da CMNP. Do mesmo modo em que ocorreu em todo o Norte do Paraná, a colonização não foi totalmente pacífica, como muitas obras podem dar a entender. “Há vários relatos da violência contra os índios, posseiros, sertanejos, caboclos, grileiros e contra todos aqueles sobre os quais o empreendimento não tinha controle pelo fato de não serem proprietários de terras.” (FRANÇA, 2011, p. 172).

Deve-se ressaltar que, a porção norte do Paraná, ainda que fosse uma das últimas regiões a serem ocupadas no Paraná, passou por um processo muito rápido de colonização (BERNARDES, 1953). Em pouquíssimo tempo uma imensa área coberta por mata é passa a ser formada por milhares de pequenas propriedades rurais.

Assim como a região abrangida pela influência de Londrina, o entorno de Maringá e parte do Noroeste colonizado por companhias privadas, como a CMNP, passaram por um processo que impactou não somente a imensa floresta nativa, mas populações caboclas e indígenas que estavam na região muito antes da ocupação pelas companhias.

Um exemplo marcante é o caso dos índios Xetá. Esse povo nativo da região entre médio e baixo Ivaí, foi um dos últimos grupos a sofrerem com a colonização no Norte do Paraná.

> Para o governo do Estado do Paraná, para o SPI, para a maioria dos colonos que ocuparam a região e para a população em geral, foi dessa forma que os Xetá foram “extintos” da Serra dos Dourados. Mas, eles lutaram no limite de suas forças por seus territórios, e como afirmaram para a pesquisadora Carmen L. Silva, eles sobreviveram ao extermínio, e

> não querem mais aparecer na história, nos livros e na imprensa como um povo extinto, e sim como um povo que lutou para não ser extinto e continuam lutando pela sua existência (MOTA, 2017, p. 23).

Ainda sobre os conflitos durante a ocupação da região de Maringá, não podemos deixar de mencionar a população cabocla. Conforme Oliveira (2020), um grupo significativo de caboclos, descendentes de índios e escravos africanos muçulmanos habitava porções do Norte e do Noroeste Paranaense décadas antes da chegada das companhias colonizadoras. Eram chamados de “sutis” e há inclusive a materialidade desse grupo em um cemitério localizado no atual município de Paiçandu, vizinho a Maringá.

Com esses conflitos quase que completamente esquecidos ou desconhecidos para grande parte da população da população que ocupara o a região, na década de 1950, a colonizadora avançou a partir de Maringá, seu processo de ocupação e venda de lotes.

Como extremo da área da CMNP, o município de Maringá foi também a porta para a ocupação mais efetiva do Noroeste do Paraná. Ainda que tivesse a cafeicultura como atividade econômica principal até a década de 1960, Maringá conhece um processo de diversificação agrícola que abre as portas para a modernização tecnológica nas décadas de 1970 e 1980.

Um exemplo está na atuação da cooperativa Cocamar no Complexo Agroindustrial, com investimentos em indústria de esmagamento de soja e produção de óleo vegetal, fiação de algodão, usina de álcool etc (FAJARDO, 2008). Além dessa cooperativa, grandes empresas como Anderson Clayton e Sanbra, mais tarde a Bunge, passam a atuar nessa mesma região.

Ademais, outros municípios próximos, na região Noroeste, sob a polaridade de Maringá, buscam em outros setores articulação econômica. Exemplos de Paranavaí, com a produção de suco de laranja, Umuarama, se especializando em cadeias como criação bovina e produção de mandioca, e Cianorte, que encontrou na indústria do vestuário uma especialização produtiva que viabilizou a dinamização econômica do município (FRESCA, 2006).

> Paranavaí e Cianorte, além dos segmentos agroindustriais do ramo sucroalcooleiro, também são locais de agroindústrias da mandioca, além das indústrias de confecções; Campo Mourão reconhecidamente uma cidade de forte produção agroindustrial que gera cerca de 4 mil empregos, (Coamo e suas coligadas), é também o lugar onde se amplia a produção especializada de equipamentos odontológicos e hospitalares (RIBEIRO; RIBEIRO, 2009, p. 88).

Apesar de possuir um solo de menor qualidade que aquele encontrado nos municípios de Londrina e Maringá, por exemplo, a região de Paranavaí também foi atingida pela expansão da cultura cafeeira nos anos 1940 e 1950. Essa parte do Noroeste paranaense, sofreu um processo de diversificação no uso do solo, que incluía os cultivos de mandioca, milho e soja.

Nos anos 1970 a paisagem apresentava grande número de pastagens, sobretudo na região dominada pelo Arenito Caiuá, com solos mais arenosos, e nos anos 1980 expandem os cultivos de cana-de-açúcar, com parcelas de cultivo de laranja e mandioca (RIBEIRO;

GONÇALVES JÚNIOR; PAIVA, 2013).

Algumas das iniciativas de introdução de lavouras mecanizadas nas áreas com solos arenosos no Noroeste do Paraná partiram de cooperativas agropecuárias, como a Cocamar. Deve-se ressaltar que a área de influência dessa cooperativa, com sede em Maringá, foi historicamente construída a partir de investimentos que ela realizou assumindo outras pequenas cooperativas dissolvidas ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990 (FAJARDO, 2008). Trata-se de um exemplo de centralidade econômica partindo de Maringá em direção ao noroeste.

Maringá passou a se articular também com o município de Cianorte por meio da APL de confecções (CALDERARI, 2019). Ambos municípios passaram a compor o maior polo de confecções da chamada "indústria da moda" no Paraná. Essa indústria têxtil possui encadeamentos que a ligam também com a região de Campo Mourão (OLIVEIRA; LIMA, 2017).

Assim como ocorre na região de Londrina, em Maringá, o processo de modernização tecnológica com o advento de lavouras mecanizadas, proporcionou uma concentração de terras de reduziu drasticamente a população rural. Com isso, a estrutura agrária concentrada não criou alternativas de trabalho no campo, ao contrário, pressionou ainda mais a o fluxo para as cidades (ROCHA, 1999). Desse modo, na área de influência de Maringá, que há tempos se configurava num polo, alguns municípios se destacaram como centros regionais, como Umuarama, Paranavaí, Campo Mourão e Cianorte. Enquanto isso, outros, menores, amargavam estagnação econômica e demográfica, muitas vezes perdendo população (MOURA, 2004; 2009).

CAPÍTULO 6

CASCAVEL E O ENCONTRO DO OESTE COM O SUDOESTE

A ocupação do Oeste e do Sudoeste do Paraná tem início ainda no século XIX e tem como ponto de partida Guarapuava, fundada em 1819. Assim, na região do Médio Iguaçu, em faixas de transição ao Sudoeste, foram sendo fundadas colônias como Palmas, Clevelândia e União da Vitória. As regiões Oeste e Sudoeste começam a de fato a serem colonizadas quando se intensificam os fluxos nas direções Oeste e Sul de Guarapuava. Foz do Iguaçu é fundada ainda em 1888 como colônia militar, assim como Xopim, que deu origem a Chopinzinho em 1882 (BERNARDES, 1953). Porém, apenas décadas depois, em meados do século XX é que um grande fluxo migratório seria responsável por um processo de ocupação mais significativo.

O município de Cascavel centraliza um grande espaço regional. A ocupação dessa porção mais a oeste do Paraná faz parte da frente pioneira de ocupação Oeste/Sudoeste, ocorrida a partir da década de 1940 (PADIS, 1980; BERNARDES, 1953). Um fluxo populacional, comparável ao que ocorrera no norte, de migrantes oriundos sobretudo do Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina, formou colônias em vários municípios do Sudoeste e do Oeste do Paraná. Vale lembrar que parte do que era o Sudoeste tem uma ocupação bem mais antiga, realizada ainda entre o final do século XIX e início do século XX.

A região de Cascavel, atualmente um polo agroindustrial que centraliza vários municípios, conta também com outros municípios dinâmicos como Toledo e Foz do Iguaçu. O primeiro, fruto do processo de colonização de gaúchos descendentes de alemães e italianos, se consolidou como um grande produtor e processador de carnes suína e de frango. Já Foz do Iguaçu, um município fronteiriço com a Argentina e Paraguai, além de possuir um forte atrativo turístico, é sede da maior usina hidrelétrica brasileira, a Itaipu.

A colonização da região de Cascavel é vinculada ao contexto da chamada "marcha para oeste" que visava ocupar esse "sertão paranaense" (REOLON, 2007). Deve-se ressaltar que, além da presença indígena, já havia na região uma ocupação espontânea e esparsa, desde o século XIX, com agricultores nômades, caboclos e posseiros, ao que Bernardes (1953) chama de "elementos isolados".

Como fronteira agrícola, Cascavel e região passa a ter um avanço no processo de ocupação e, a partir da década de 1960, o Oeste paranaense conhece o início da modernização agropecuária e estabelecimento de atividades agroindustriais (REIS, 2017). O papel da infraestrutura, como o asfalto nos trechos das rodovias entre cascavel e Campo Mourão (BR369) e Cascavel e Guarapuava (BR277), contribuiu para favorecer o escoamento da produção (VARGAS; SCATOLIN, 2007). O avanço da produção agrícola mecanizada, bem como da produção de carnes (aves e suínos) nas décadas seguintes (1970 e 1980) representou um salto na dinamização econômica (RIPPEL; LIMA, 2009). A propósito, a produção de suínos no Paraná, de modo confinado, resulta em grandes quantidades de dejetos (RECH; SCHOENHALS; FOLLADOR, 2008).

Porém, a modernização tecnológica resultou em um processo de concentração

fundiária, no caso das grandes áreas produtoras de soja e milho na região. E, apesar da manutenção de pequenas propriedades integradas a empresas e cooperativas, a urbanização ocorre concomitantemente ao êxodo rural, levando ao crescimento populacional de Cascavel e municípios menores como Toledo.

Uma particularidade do Oeste do Paraná é a existência na região de três municípios com mais de 100 mil habitantes. Além de Cascavel, que polariza a região, Toledo possui uma dinâmica econômica própria e Foz do Iguaçu tem uma condição bem particular, como polo turístico, ponto estratégico por conta das fronteiras, e a usina de Itaipu, concentrando boa parte da produção de energia elétrica do país.

Conforme Cardoso e Moura (2017, p. 8081):

> Além da construção de Itaipu, outras obras e fatos históricos foram importantes para a formação do aglomerado transfronteiriço entre Brasil, Paraguai e Argentina, bem como o “descolamento” de Foz do Iguaçu em relação ao oeste paranaense. Destacam-se, entre outras: a construção da Ponte Internacional da Amizade, unindo Brasil e Paraguai (1965); a integração do município de Foz do Iguaçu às áreas de segurança nacional do território brasileiro (1968), fazendo com que seus prefeitos passassem a ser nomeados pelo governo estadual, com anuência do presidente da República, salvaguardando interesses comuns aos três governos, representados então por ditaduras militares; e a construção da ponte Tancredo Neves, ligando Brasil e Argentina (1985).

Importante também destacar aqui que, a região Sudoeste do Paraná, que conta com dois municípios com destaque no dinamismo econômico regional, Pato Branco e Francisco Beltrão, foram ocupados na mesma frente do Oeste. Assim, forma foco de colonização com migrantes principalmente do Rio Grande do Sul e, em menor número, de Santa Catarina (PADIS, 1980). Como já foi reforçado, não se tratava de uma região de vazio demográfico, por conta da presença e indígenas e grupos esparsos de caboclos e outros agricultores, porém a ação do Estado com vistas à colonização transformou radicalmente esse espaço.

> A esse período caracterizado pela colonização oficial, diretamente dirigida pelo governo, sucedeu o da concessão pelo estado, de grandes extensões de terras a particulares que se comprometiam a colonizá-las Não possuindo verbas para colonização, o governo estadual procurou, desta maneira, estimular estes serviços e as condições fáceis em que se faziam os contatos atraíram desde logo numerosos interessados Inúmeras concessões foram feitas no oeste do estado, mas poucos foram os resultados obtidos, permanecendo inaproveitadas e sem dono extensas áreas, invadidas mais tarde por intrusos que ai estabeleciam suas roças Na maioria dos casos, no oeste do estado, as empresas beneficiadas por estas concessões nenhuma iniciativa tomaram no sentido de colonizá-las, esperando, talvez, uma valorização maior ou um melhoramento nas comunicações que tornasse viável, do ponto de vista econômico, tal empreendimento (BERNARDES, 1953, p. 11).

A fundação da CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório, em 1943 por Getúlio Vargas foi o ponto de partida para a vinda de grande número de migrantes originados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (MONDARDO, 2012). Nesse mesmo ano de 1943 é fundado o Território do Iguaçu que, ao lado do Território de Ponta Porã, na

parte mais ao sul do então estado do Mato Grosso, era visto como estratégico por conta da região fronteiriça. Porém, após a saída de Getúlio Vargas do poder, as forças políticas dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul se organizaram para terem esses territórios reintegrados novamente.

No decorrer dos anos que se seguiram da frente ocupação, a formação do Sudoeste do Paraná foi marcada por muitos conflitos. Pegoraro (2008) coloca que em meados da década de 1950, o então governador do Paraná, Moisés Lupion, era visto como sócio da Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. Tal situação acirrava os ânimos locais, pois em 7diversos municípios da região já ocorriam conflitos entre posseiros e a empresa colonizadora (MODARDO, 2012).

A Revolta dos Posseiros de 1957, também chamada de Revolta dos Colonos, foi o ápice dos conflitos. O território que abrange o Sudoeste do Paraná, historicamente, havia sido campo de disputa internacional e nacional entre o final do século XIX e início do século XX (ORBEN, 2014).

Do ponto de vista da sua formação agrária, Lazier (1983) expõe a complexidade da região, que se caracterizava pela presença, ainda anterior à fundação da CANGO, de um número significativo de posseiros que foram os primeiros moradores, excetuando a importante ocupação indígena, que fora marginalizada e praticamente encoberta na história da colonização (BRIGHENTI; SANTOS, 2017).

Ainda na década de 1920 ocorre um primeiro fluxo de famílias oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que deixavam aquele estado em razão da escassez de terras (GALVÃO, 2009). O perfil da colonização do Sudoeste teve essa origem com posseiros que viviam da subsistência, com agricultura e criações de animais (PADIS, 1980; FAJARDO, 2008; WACHOWICZ, 2002). Com a regularização promovida na década de 1960, a estrutura agrária de municípios como Francisco Beltrão, passa a ter uma forte identidade camponesa (LAZIER, 1983; MONDARDO, 2012).

Na sequência da marcha para oeste, a ocupação da região atingiu os municípios no entorno de Cascavel (RIPPEL, 2005). O Oeste do Paraná, que já vinha sendo ocupado economicamente desde o início do século XX. Ainda no ano de 1902, se instalava na região a Companhia de Madeiras Del Alto Paraná, sediada na Argentina, que comprara a Fazenda Britânia, com cerca de 275 mil hectares e abrange o território correspondido pelos atuais municípios de Marechal Cândido Rondon, Toledo, Palotina, dentre outros (MACCARI, 1999).

Se até a década de 1920 o povoamento do Oeste, assim como de boa parcela do Sudoeste, ainda é escasso, sendo um território ocupado basicamente por posseiros caboclos e população indígena (BRAGHENTI; SANTOS, 2017), a partir desse momento inicia um fluxo de migrantes oriundos do sul (NAVARRO SWAIN, 1988). Sobre guaranis da época da colonização no Oeste, Sonda e Bergold (2013, p. 32) afirmam que: “A retribuição concedida aos índios Guarani foi a destruição e a espoliação de seu território. Espremido às margens do rio Paraná, esse povo foi ignorado na construção da hidrelétrica de Itaipu, cujo lago inundou suas terras remanescentes.”

A atuação da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná, MARIPÁ, foi fundamental para a incorporação da região Oeste paranaense no projeto de ocupação do território. Em 1946 essa companhia colonizadora adquire dos ingleses a Fazenda Britânia e

inicia a colonização com a venda de lotes para migrantes vindos, sobretudo, do Rio Grande do Sul (CRESTANI; OLIVEIRA; STRASSBURG, 2013; MACCARI, 1999). Esse processo representou a formação de colônias que culminaram com a formação de municípios importantes próximos a Cascavel, como Toledo, Marechal Cândido Rondon e Palotina.

O processo de ocupação da porção mais a oeste do Paraná, nas proximidades de Cascavel e Toledo foi, portanto, semelhante à ocupação do Sudoeste, pois fez parte do mesmo processo como apresenta Padis (1980). Porém, uma das particularidades do oeste está no fato de que muitos dos conflitos por terras foram abafados, muitas vezes esquecidos e sequer citados (BRAGHENTI; SANTOS, 2017; MACCARI, 1999).

Enquanto isso, na região de Francisco Beltrão, no mesmo período, as disputas eram acirradas. Fundou-se no Sudoeste, uma identidade baseada na luta camponesa. Ainda que o perfil agrário, baseado em pequenas propriedades e com a presença massiva de migrantes do sul trouxesse uma similaridade aos dois espaços, a porção mais a oeste difere do Sudoeste por conta da menor animosidade entre os colonos e as companhias colonizadoras. Um caráter simbólico que até hoje marca as identidades regionais.

Ainda no final da década de 1960, a modernização agrícola se inicia da região Oeste do Paraná, acompanhada na sequência de uma agroindustrialização, provocando alterações econômicas, sociais e demográficas (OLIVEIRA; BEZERRA; SILVA, 2014). Essas mudanças incluíram o êxodo rural e concentração da terra. Também implicaram em alterações nos fluxos migratórios, com a saída de pessoas da região para outras partes do país, além da migração campo-cidade, que fez crescer a população de municípios como Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon (RIPPEL, 2005).

Na década de 1970, após a difusão da modernização agropecuária e com a intensificação da urbanização no extremo Oeste, com centralidade em Cascavel, alguns fluxos de migração do Sudoeste para o Oeste são identificados. Por outro lado, a construção de Itaipu atrai para Foz do Iguaçu um grande contingente de trabalhadores. Foram cerca de 40 mil operários acompanhados de suas famílias, vindos de várias unidades da federação (THAUMATURGO; SIMÕES; TRANNIN, 2013).

> O grande impulso de crescimento adveio, contudo, nos anos posteriores a 1970, devido à construção da usina hidrelétrica de Itaipu, quando Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e, de forma menos intensa, Puerto Iguazú vivenciaram a intensificação da dinâmica de ocupação de suas áreas urbanas, iniciada por trabalhadores da construção civil, conhecidos como barrageiros, entre outros trabalhadores e prestadores de serviços, fornecedores, comerciantes etc. Igualmente intensa e veloz, a ocupação urbana expandiu-se territorialmente e deu início à configuração de uma aglomeração na fronteira dos três países. As obras de Itaipu marcaram, portanto, o início de um novo momento histórico na ocupação dessa porção do território, com repercussão na orientação dos vetores de expansão da ocupação nesses espaços de fronteira, estabelecendo progressivamente novas relações com os principais centros urbanos nacionais e internacionais (CARDOSO; MOURA; 2017, p. 80).

O impacto de Itaipu reforçou aquele ligado ao êxodo rural provocado pela modernização agropecuária. Com isso, em poucos anos o município de Foz do Iguaçu passa por um profundo processo de urbanização, tornando-se um dos primeiros polos

urbanos da região (MONSORES; BRAGA, 2018). Essa rápida urbanização foi acompanhada de ocupações irregulares, muitas em áreas de proteção ambiental (THAUMATURGO; SIMÕES; TRANNIN, 2013).

Outro ponto a se destacar são justamente relativos aos da construção da usina de Itaipu e do lago originado da barragem para a região Oeste do Paraná. Muitos municípios tiveram uma considerável área inundada e, com isso, obtiveram direito a r*oyalties* proporcionais. Porém, há registros de populações indígenas que ocupavam áreas que foram alagadas e que não receberam nenhum recurso indenizatório, como lembra Girotto (2019). Isso reforça o caráter de "invisibilidade" de muitos conflitos ocorridos na região.

Mas alguns municípios passaram a investir os recursos dos royalties em educação. Nesse sentido, o Também o planejamento regional abrangeu um plano de aproveitamento do potencial das margens do lago de Itaipu com atividades de turismo rural e lazer, com (SOUZA, 2008).

É irônico imaginar que um dos maiores atrativos turísticos do extremo oeste paranaense foi destruído justamente por causa da construção da usina durante o governo militar. Submersas totalmente em 1982, as maravilhosas Sete Quedas, eram as maiores quedas d'água do mundo em volume. O fim das Sete Quedas representou, inicialmente, um golpe muito grande para a economia do município de Guaíra, que acabou se reinventando e de adaptando a uma inserção regional orientada por projetos e programas de desenvolvimento em comum (SOUZA; SILVA, 2007).

> Interesses nacionais comuns foram salvaguardados e as comunicações entre os países, facilitadas pela implantação de infraestrutura viária. Essas infraestruturas impactaram diferentemente as cidades fronteiriças do Paraná. No entanto, enquanto em Foz do Iguaçu desencadeou-se um processo de elevado crescimento, Guaíra se viu depreciada pela presença do lago de Itaipu, cujas águas encobriram um dos principais pontos turísticos paranaenses: o Salto das Sete Quedas. O município enfrentou sucessivas perdas populacionais e econômicas, começando a se recuperar apenas após a construção da ponte Ayrton Senna, que liga o Paraná ao Mato Grosso do Sul e ao Paraguai. Se, no caso da aglomeração de Foz do Iguaçu, a usina hidrelétrica de Itaipu despontou como uma obra superlativa, no caso de Guaíra foi a ponte Ayrton Senna, uma das maiores pontes fluviais do Brasil, com aproximadamente 3,6 km de extensão, inaugurada em 1998, possibilitando então a ligação entre o norte e o sul do país, como um prolongamento da rodovia BR-163. Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, contudo, situados em outro vetor de comunicação transfronteiriça, pouco se valeram dessas obras, mantendo um crescente movimento de fluxos, porém em volume incomparavelmente menor ao da aglomeração de Foz do Iguaçu (CARDOSO; MOURA; 2017, p. 81).

Um estudo realizado por Schlindwein, Cardoso e Shikida (2014) mostrou que alguns municípios lindeiros ao lago de Itaipu alavancaram o seu desenvolvimento por meio dos recursos dos *royalties*. Isso é demonstrado pelos referidos autores a partir dos valores do Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Mas no caso de Guaíra, como os *royalties* eram calculados proporcionalmente ao percentual de área alagada, a destruição do maior atrativo do município, as Sete Quedas, não era considerada. Somente no ano de 2019 é

que houve sensibilidade no tocante aos impactos econômicos representados pelo fim dos saltos, e Guaíra obteve um acréscimo considerável nos valores recebidos (NEIS, 2019).

Como esses valores não são retroativos, depois de quase 40 anos, o município de Guaíra, ainda que tenha crescido economicamente em termos de PIB, como ocorreu com grande parte dos municípios da região, viu sua população ser reduzida décadas após a criação do lago de Itaipu.

Entendemos a posição de Souza e Silva (2007). Depois de quase 40 anos não se pode usar do pretexto do fim das Sete Quedas como se afetasse o contexto atual do município de Guaíra mudou. Porém, é preciso avaliar do ponto de vista histórico. As decisões políticas direcionam também os destinos econômicos. Foi uma escolha “matar” o maior atrativo de Guaíra e encerrar a possibilidade de um polo turístico se desenvolver ali, nos moldes daquele existente em Foz do Iguaçu.

Fora da área de abrangência direta das inundações de Itaipu, Cascavel sustentou seu crescimento econômico nas atividades agropecuárias e agroindustriais (ALMEIDA, 2020). A centralidade desse município é particularmente diferente de Foz do Iguaçu, com o qual rivaliza em termos de estrutura urbana.

Ainda que exista uma nítida polarização em Cascavel, há uma particularidade regional nos casos mencionados de Francisco Beltrão e Pato Branco, pois estes exercem uma forte influência na região Sudoeste. A dinâmica econômica regional acaba por ser suficientemente atendida por conta dessa dupla centralidade local. Casaril (2017) menciona os diferentes perfis destes dois municípios, sendo Pato Branco mais urbanizado, ainda que possua uma população menor. Porém, para o referido autor, ambos os municípios não se encaixam como médios, mas estão bem longe de serem tão pequenos como os demais da região, configurando cidades regionais importantes.

Nota-se que o Oeste do Paraná vem se especializando na produção agropecuária e agroindustrial desde a década de 1950. Mas essa condição só foi possível a partir da construção de uma infraestrutura baseada em rodovias pavimentadas. A partir de então a produção, industrialização e escoamento tiveram suporte em cooperativas agropecuárias.

> Os investimentos em infraestrutura e logística na região expandiram-se a partir da década de 1950, impulsionando de forma decisiva a expansão da ocupação, o crescimento populacional e a consolidação das atividades agropecuárias no oeste paranaense, sendo que a qualidade do solo e a capacidade técnica dos produtores, aliadas à possibilidade de escoamento, viabilizaram a produção de excedentes para comercialização. (CARDOSO; MOURA; 2017, p. 80).

Uma das características econômicas desse espaço regional, e que aproxima o Oeste com o Sudoeste, é a atividade de produção de carnes (aves e suínos), consolidando regionalmente uma especialização produtiva que se estendeu ao Oeste, atingindo municípios de Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon, dentre vários outros menores. Essa informação é lembrada por Rippel e Lima (2009). Essa produção representou a manutenção da propriedade familiar no quadro da agricultura regional, ainda que o processo de modernização e mecanização com a introdução de lavouras mecanizadas ou a produção de silvicultura tenham atingido a região a partir da década de 1900 (FAJARDO, 2008).

CAPÍTULO 7

GUARAPUAVA E O CENTRO DO PARANÁ

O município de Guarapuava tem a sua ocupação ligada à formação do chamado Paraná Tradicional. Assim como os Campos Gerais, os Campos de Guarapuava foram foco de exploração da pecuária extensiva, reproduzindo o modelo de sociedade campeira, articulada, ainda que indiretamente, ao Tropeirismo.

A ocupação dos Campos de Guarapuava representou um primeiro avanço em direção oeste da frente pioneira Paraná Tradicional. Mas, ainda que já houvesse uma exploração dos campos nativos da zona de Guarapuava, com as chamadas "invernadas" para criação e engorda de gado, boa parte da região fora da área de campos nativos, coberta por uma densa floresta de araucárias (BERNARDES, 1953).

Essa região, juntamente com os Campos de Palmas, já há muito ocupadas por indígenas, eram consideradas como um espaço "vazio" e foram alvo de concessão de sesmarias, beneficiando fazendeiros dos Campos Gerais com extensas áreas (SZESZ, 1997). É preciso deixar claro que no Paraná e nesta região dos campos de Guarapuava há registros arqueológicos da presença de grupos indígenas Jê de cerca de 4 mil anos (PARELLADA, 2016).

É considerada como «descoberta» dos Campos de Guarapuava a data de 07 de setembro de 1770, quando Afonso Botelho de Sampaio e Souza, irmão do então Governador da Capitania de São Paulo, Luís António de Sousa Botelho Mourão. O mesmo também é considerado o «descobridor», nesse mesmo período, dos Campos de Mourão, local onde se originou o município de Campo Mourão. Nesse ano é instalado o Forte de Nossa Senhora do Carmo dos Campos de Guarapuava, entre 1770 e 1771.

> O território Kaingáng passa a receber também os símbolos e representação dos invasores. Portanto, a "tomada de posse", simultaneamente na ação e na representação, foi a forma inicial de apagamento da presença histórica dos Kaingáng de Coran-bag-rê, que passa a ser conhecida pela historiografia oficial como campos de Guarapuava. (TOMMASINO, 1997, p. 87).

Com a resistência indígena, essa expedição acaba se retirando em 1772, abandonando a fortaleza (PARELLADA, 2013). Afonso Botelho acreditava ser necessária uma força muito maior a fim de derrotar os kaingáng e o único ponto positivo que resultou das expedições fracassadas foi a constatação de que os espanhóis não estavam nesse território (WACHOWICZ, 2002).

Ocupar os Campos de Guarapuava, conhecido pelos nativos Kaingáng como *Korán-bang-rê*, era visto como um desafio enorme em vista da forte resistência dos povos nativos (WACHOWICZ, 2002). Por isso, somente mais tarde, já no século XIX, após a chegada da Família Real ao Brasil, em 1809 é organizada a Real Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava. Assim, em 1810, os militares conseguem se impor aos indígenas e estabelecer uma fixação, a partir da fundação do Fortim Atalaia (BALHANA; WESTPHALEN, MACHADO, 1969).

Por muito tempo a pecuária representou a principal atividade econômica de Guarapuava.

De acordo com Abreu (1986), no final do século XIX há uma crise no sistema campeiro tradicional de pecuária extensiva nos campos de Guarapuava e de Palmas. E não havia muitas opções para a região, já que na região o comércio de erva mate estava em decadência por conta da concorrência paraguaia e argentina. Ademais, reforça a autora citada, a extração de madeira era dificultada em razão da falta de estradas.

Nesse contexto, as primeiras décadas do século XX representaram um período difícil para a economia de Guarapuava, mas também boa parte os municípios de ocupação mais antiga, do chamado Paraná Tradicional. O governo paranaense, com isso, tratou de buscar alternativas para incrementar a economia (PADIS, 1980). Enquanto a porção norte do Paraná era então foco de investimentos em colonização, para áreas mais antigas, como Guarapuava, era preciso a construção de uma estrutura que garantisse o escoamento da produção local, o que incentivasse a expansão agrícola e exploração mais intensa da madeira nativa. Tal condição só viria na década de 1950, período em que a rede ferroviária chega a Guarapuava e ocorrem melhorias nas estradas.

Entre 1810 e 1950, predominou na região de Guarapuava, a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência (ABREU, 1986). A partir da década de 1940 o setor madeireiro ganha relevância com investimentos na região, incialmente, explorando a madeira nativa da araucária. Esse modelo tradicional começa a ser modernizado entre as décadas de 1960 e 1970, na medida em que passa a processar madeira oriunda de silvicultura, como o pinus e eucalipto, que vieram a constituir nas principais matérias primas para a produção compensados (NOVAKOVSKI; FAJARDO, 2008).

O estabelecimento, no início dos anos 1950, de colônias, como a dos suábios no distrito de Entre Rios, abriu espaço para uma diversificação agrícola na década de 1960. Estes introduziram a produção de cereais de inverno, como o trigo, e cevada e o centeio.

A produção de batata também se torna importante atividade nos anos 1970. Entre as décadas de 1960 e 1980, culturas como a maçã estavam presentes em Guarapuava. Esta acaba perdendo espaço e praticamente desaparecendo com a introdução de lavouras mecanizadas, com destaque para soja e milho na década de1980. A modernização reforçou um processo de concentração da terra. Abreu (1986) aponta que houve um processo de aglutinação de propriedades, sendo as pequenas e média absorvidas pelas grandes.

CAPÍTULO 8

O CONJUNTO REGIONAL PARANAENSE A PARTIR DAS SUAS DIFERENÇAS

Este capítulo realiza um breve comparativo entre os espaços regionais, com dados e mapas. Assim, colocamos aqui uma discussão sobre as diferenças na formação das regiões paranaenses. Nessa direção considera-se o que potencializou e particularizou cada porção do Paraná, tanto no sentido endógeno, como dos reflexos de processos nacionais/ globais.

O Paraná possui uma grande diversidade regional em termos de paisagens naturais, espaços rurais e urbanos. A grande variedade climática, geomorfológica e pedológica, resultou, por exemplo, em uma rica fauna e flora nativas.

No entanto, essa riqueza natural foi sendo perdida desde o século XIX. Podemos citar o caso da vegetação. Dentre as poucas áreas protegidas estão algumas regiões fitogeográficas da Floresta Ombrófila Mista (FOM), Floresta Estacional Semidecidual (FES), Floresta Ombrófila Densa (FOD), a Mata Atlântica, Estepe e Cerrado. Áreas protegidas menores e mais isoladas tendem a não serem muito adequadas para preservar espécies da fauna de maior porte, no entanto, são de grande valor para a biodiversidade de plantas, como a Mata dos Godoy, localizada no norte (VICENTE; VANZELA; TOREZAN, p. 2009).

A ocupação do território, no tempo e no espaço, também é distinta regionalmente. No Paraná, em geral, as propriedades possuem atividades econômicas nas quais o cultivo agrícola se concentra em áreas com relevo mais suave e utilizam de locais mais ondulados para exploração de pastagens (OKUYAMA, 2012). No entanto, a diversidade regional não permite uma generalização desse tipo. Há espaços onde pequenas propriedades se encaixam em relevos dissecados e acabam tendo que sobreviver naquelas condições topográficas.

Quando se menciona política florestal no Brasil, trata-se de abordar a exploração da silvicultura. Atividade florestal é, nesse sentido mais uma atividade econômica, um recurso a ser explorado (SANTOS; NOGUEIRA, 2007. No entanto, foi essa a atividade responsável pelo desmatamento de grandes áreas Araucária e Mata Atlântica. Atualmente, ainda se utiliza o vocábulo para designar a exploração dos chamados “recursos florestais”, a partir do cultivo de espécies exóticas.

Os autores Sonda e Bergold (2013) fazem uma caracterização regional sobre o que restou de florestas nativas no Paraná. No Extremo Oeste se destaca uma espécie de “ilha” no Parque Nacional do Iguaçu. No Leste, que inclui os campos Gerais, o Vale do Ribeira, a região metropolitana de Curitiba, a Serra do Mar e Litoral, são algumas unidades de conservação na Serra do Mar e outros mais ao interior, como o Parque Estadual das Lauráceas, em Adrianópolis. Já no Centro-Sul restariam fragmentos de matas com Araucária, concentradas em terras de faxinalenses. Em outras regiões como no Norte, Noroeste e Sudoeste, a agricultura empresarial domina o território, deixando pouquíssimas e esparsas árvores isoladas.

Assim, constatamos que a região Oeste do Paraná possui uma das maiores riquezas do país, o Parque Nacional do Iguaçu, que abriga uma floresta com cerca de 185 mil hectares,

somente do lado brasileiro, que constitui um patrimônio natural (BIESEK; CARDOSO, 2012).

No início dos anos 2010 a cobertura vegetal natural paranaense já era ínfima, restringindo-se em pequenas manchas presentes em unidades de conservação. Enquanto o uso do solo pelas atividades agropecuárias (agricultura, pastagens e silvicultura) avançou pela maior parte do território.

O pagamento dos chamados “serviços ambientais, tem sido uma forma de garantir a proteção dos recursos naturais, por exemplo, hídricos. Nesse sentido, a Lei Estadual 17134/2012 é usada como instrumento para incentivar, monetariamente, a preservação de áreas naturais (FREITAS; ORTIGARA, 2017). De um lado há a legislação ambiental, que evoluiu muito até o início dos anos 2000, mas de outro está a carência de uma estrutura de fiscalização adequadas e formada por profissionais especialistas nas diversas áreas (PRATES, 2006).

Os espaços regionais paranaenses também se diferem em relação a participação maior ou menor da agricultura camponesa ou familiar. Nesse sentido, a agricultura de base familiar tem uma contribuição considerável para a conservação ambiental. (OKUYAMA, 2012).

Nas regiões Oeste e Sudoeste, por exemplo, muitas das pequenas propriedades encontraram na integração com o setor agroindustrial de carnes, a sua manutenção econômica. A presença de grandes empresas como a BR Food e várias cooperativas, como Lar, Frimesa, Copacol etc, representam um aproveitamento do potencial produtivo da atividade familiar integrada.

Mas o impacto dessas atividades no ambiente é preocupante. É preciso que existe um planejamento adequado, que considere uma produção mais sustentável e ainda a conscientização, que leva em conta a educação ambiental (RECH; SCHOENHALS; FOLLADOR, 2008). Diante desse quadro, o uso cada vez mais intenso de agrotóxicos representa uma preocupação não apenas para o meio ambiente, mas reflete no consumo dos próprios alimentos, na contaminação dos solos e das águas. A intensificação na utilização desses produtos ampliou-se nos anos 2010.

Outra questão refere-se ao valor econômico da conservação ambiental. O chamado ICMS Ecológico é um exemplo de que é possível um retorno financeiro aos municípios que buscam proteger os recursos naturais.

Algumas regiões paranaenses conseguiram alcançar certo nível de desenvolvimento graças ao papel decisivo das instituições, como as universidades estaduais e federais, Iapar e Embrapa, além de iniciativas privadas como Sistema (PRATES, 2006).

No tocante à evolução das atividades agropecuárias modernas, todos os espaços regionais paranaenses foram de alguma forma atingidos pelas transformações. Culturas como soja e milho tornam-se hegemônicas em muitas partes, gerando uma paisagem comum às várias regiões do Paraná. Enquanto isso, algumas parcelas do território se especializam com a pecuária, silvicultura ou cana-de açúcar. Concomitantemente, outras formas de produzir culturas já tradicionais, como o café, encontram espaço.

> Considerando-se o aumento da competitividade do café e a maior intensidade do uso de mão de obra do café, em relação a outras culturas como soja, milho e trigo, pode-se afirmar que a sustentabilidade social aumentou com a geração de empregos. Os sistemas de café orgânico e café sombreado contribuíram de forma importante para a sustentabilidade ambiental, com a diminuição do uso de produtos fitossanitários e menores impactos sobre o meio ambiente (SESSO ***et al***, 2020, p. 5).

Por outro lado, permanecem a ocorrer diversos conflitos no território paranaense, sobretudo no campo. Tal fato é mais comum em municípios onde a presença de grupos sociais mais vulneráveis é mais significativa.

> Os conflitos sociais no campo se intensificam. De um lado, agricultores camponeses, posseiros, caboclos, quilombolas, faxinalenses – povos tradicionais – resistem para manter-se em suas terras e territórios, via de regra, com remanescentes de cobertura florestal, mas sem acesso a políticas públicas agrárias, agrícolas, socioambientais, culturais que os reconheçam e os legitimem. De outro, os agricultores empresariais, ainda mais fortalecidos pelas políticas públicas que estimulam os agronegócios, sobretudo da soja, da cana-de-açúcar, da pecuária e do reflorestamento. (SONDA; BERGOLD, 2013, p. 22).

Se no passado várias populações indígenas, caboclas e quilombolas, dentre outros povos tradicionais, sofreram com os impactos da colonização do território paranaense, nas décadas de 2000 e 2010, o que restou desses grupos sociais ainda busca resistir ao que alguns chamam de “progresso”. Vale ressaltar que, por exemplo, apesar do fato da população negra ter contribuído imensamente na formação étnica e cultural do Paraná, essa presença é ignorada, ainda que as comunidades quilombolas estejam em luta pelo reconhecimento (Figura 6).

Figura 5: Mapa da População Negra e das Comunidades Quilombolas do Estado do Paraná.

Fonte: Grupo de trabalho Clóvis Moura (2010).

Pelo lado dos indígenas, estes, além de renegados por muitos e quase invisíveis aos olhos de quem desconhece a nossa formação territorial, estavam presentes em todas as regiões do nosso estado. Mas a busca cada vez mais desenfreada pela expansão das atividades econômicas, além de resultar em impactos ambientais, como o desmatamento e a poluição, acaba pressionar esses grupos sociais vulneráveis, que ainda mantém um modo de vida um pouco mais sustentável.

Nesse sentido, os povos indígenas no Paraná merecem uma discussão à parte. Esses grupos, que sobreviveram a séculos de exploração, lutam pela sobrevivência em tempos que se prioriza o que é produtivo e lucrativo para uma parcela da sociedade que parece não valoriza essa diversidade e riqueza cultural e antropológica. Não se pode conceber “desenvolvimento” que não respeita a diversidade social, cultural e ambiental.

1 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ

O território que hoje conhecemos como o estado do Paraná foi habitado por diversos povos há milhares de anos. Registros de sítios arqueológicos de gravuras rupestres e material lítico, próximos aos rios Iguaçu, Ivaí e Tibagi comprovaram (MOTA, 2012; PARELLADA, 2008).

Em meados do século XVI, a população indígena paranaense, formada basicamente por grupos Jê (como os Kaingang e os Xokleng) e o grupo Guarani (PARELLADA, 2009),

teve seus primeiros contatos com europeus (espanhóis e portugueses). Desde então, foram sendo dizimados com o processo de colonização. A captura e aprisionamento dos índios abrangeu todo o território paranaense (CHANG, 1988).

Em meio a expulsões, perseguições, assentamentos e realocamentos, várias populações indígenas foram desaparecendo ou severamente sendo reduzidas. Em meio a isso, nas primeiras décadas do século XX, alguns pesquisadores se interessaram em estudar grupos indígenas no Paraná. Por exemplo, o antropólogo Levi-Strauss registrou a vida cotidiana dos Kaingang na região do rio Tibagi (ALMEIDA, 2011).

O caso dos índios Xetá é emblemático. Eles representam um dos últimos povos a terem contato com os colonizadores no Paraná. Estes sofreram um processo de eliminação com o avanço da fronteira agrícola entre as décadas de 1940 e 1950 na porção noroeste do Paraná (MOTA, 2017). O que era chamado por muitos como progresso, resultou também em um desmatamento que não se preocupou na manutenção de áreas de mata que eram moradia dos povos indígenas paranaenses.

Mas os Xetá não desapareceram por completo. Mota (2017) aponta que eles resistiram, reorganizando a sua luta pela sobrevivência, apesar de uma forte pressão alicerçada em uma narrativa de que não haveria mais presença indígena na região.

> Primeiro os trabalhadores abriram as picadas para os topógrafos do Departamento de Geografia Terras e Colonização (DGTC) definirem os Núcleos Coloniais e as Glebas que seriam negociadas com as Cias Colonizadoras. E quando esses agentes do Estado depararam com os Xetá nos recônditos das matas procuraram convencer a todos que eles eram “índios do Mato Grosso” que apenas estavam de passagem caçando na região. Essa ideia foi defendida num primeiro momento inclusive pelos sertanistas do SPI.
>
> Depois, as Companhias Colonizadoras, ao abrirem as estradas e demarcarem lotes e locais das futuras vilas e cidades, ao encontrarem os índios os aprisionaram e acionaram o órgão indigenista (SPI) para retirá-los das Glebas e enviá-los às Reservas Indígenas existentes no Paraná, pois lá eram os “lugares” onde os índios deveriam ficar, conforme o “acordo” do governo paranaense e federal assinado em 1949.
>
> E por último, consolidada a expropriação, foi a chegada dos colonos que derrubaram e queimaram as matas para o plantio do café, construção de moradias e fundação das vilas e cidades. Dessa forma, o machado, o fogo, as doenças, as espingardas e os caminhões, foram expulsando e afastando os indígenas que teimavam em permanecer no que sobravam das matas de seus territórios. Os que não foram colocados em caminhões e levados para lugares distantes tiveram suas crianças roubadas e adotadas por famílias ou ordens religiosas com a missão de transformá-los em “civilizados”, e outros internaram-se nas matas que ainda restavam e desapareceram (MOTA, 2017, p. 23).

O cineasta Vladmir Kozak realizou na década de 1950 um documentário sobre os Xetá, ressaltando o fato de ser considerada uma das últimas etnias do Sul do Brasil a estabelecer contato com os não-índios. (ALMEIDA, 2011). Podemos constatar que a atual

presença indígena no Paraná ficou restrita a pequenos espaços localizados, sobretudo, em reservas demarcadas.

Não por acaso, as reservas indígenas no Paraná ficam, em sua maioria, localizadas em municípios pequenos, em termos de população, e com uma população rural mais significativa (Figura 6). Além disso, as áreas abrigam parte do remanescente de florestas nativas.

Figura 6: Mapa da Presença Indígena do Estado do Paraná.

Fonte: ITCG (2008).

Curiosamente, esses municípios com áreas indígenas compõem também a parcela dos municípios mais pobres e socialmente críticos, como aponta o Ipardes (2017). O que podemos constatar é que os processos de ocupação do espaço rural com as atividades agropecuárias, a modernização do campo, a urbanização, deixaram um legado onde o econômico prevaleceu à diversidade natural e, também, cultural, representada por povos indígenas e outras populações tradicionais.

CAPÍTULO 9

COMPARATIVO DOS DADOS DOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA, MARINGÁ, PONTA GROSSA, CASCAVEL E GUARAPUAVA

Quando comparados os dados socioeconômicos dos quatro espaços regionais paranaenses, representados por Ponta Grossa, Londrina, Maringá, cascavel e Guarapuava, algumas disparidades são facilmente percebidas. Os estudos do Ipardes apontaram espaços com maior relevância econômica e outros considerados socialmente críticos.

Essas diferenças não dizem respeito apenas a municípios com maior ou menor grau de urbanização ou ruralidade. Mesmo municípios com alto grau de urbanização, como Ponta Grossa, apresentam dados sociais preocupantes, tal qual municípios com pequena população como Doutor Ulisses e Mato Rico.

> As diferenças mais significativas dos arranjos entre o ambiente urbano e rural estão no fato de que, em termos populacionais, por um lado, os arranjos mulher sem cônjuge com filhos e mulher sem cônjuge, com filhos e com parentes, no rural, serem 4 e 3 p.p. menores que o urbano na distribuição, e, por outro lado, o arranjo casal com filhos ter participação 7 p.p. superior no total do rural em relação ao conjunto do urbano. Ou seja, como há equilíbrio entre as proporções dos demais arranjos, sejam estes urbanos ou rurais, provavelmente ocorra um deslocamento e uma compensação entre esses tipos quando se tem o rural como referência. Portanto, proporcionalmente, existem menos mulheres sozinhas como responsáveis por domicílios no rural, sendo então uma característica levemente acentuada no urbano (DELGADO; SOUZA, 2017, p. 24).

Os autores Ferreira e Russo (2018) compararam as microrregiões do Paraná com e sem APLs e constataram que, mesmo o PIB não sofrendo muita variação identificou-se um dinamismo maior, além de serem espaços menos voláteis economicamente. Avaliando o período de 2003 a 2010, os referidos autores consideraram o setor agropecuário é o menos relevante nas regiões com APLs, onde se destacam indústria e serviços.

> Ao analisar as microrregiões paranaenses, tendo como base estudo prévio que validou os APLs do estado do Paraná, os resultados deste estudo apontam que as microrregiões caracterizadas por APLs validados apresentaram maior crescimento econômico no período de 2003 a 2010. Além disso, identificou-se a influência (menos intensa, mas estatisticamente significativa) do capital humano (maior capital humano significou maior crescimento nas microrregiões) para o setor de serviços, como determinante do crescimento da renda *per capita*. Um terceiro achado nessa análise foi a confirmação da tendência a convergência de renda, dado que as microrregiões com menor renda inicial tenderam a crescer mais rapidamente nos anos subsequentes. Por fim, destaca-se também a drástica redução de recursos prevista nos Planos Plurianuais do Governo do Estado para apoio aos APLs (comparando- se o PPA 2008-2011 e o PPA 2012-2015), bem como o nível extremamente baixo de execução orçamentária neste último período. (FERREIRA; RUSSO, 2018, p. 40).

O esforço por parte dos governos e empresariado locais em reforçar e fortalecer a formação de Arranjos Produtivos Locais demonstra uma preocupação com uma organização produtiva regional que venha a dinamizar esses espaços. No entanto, as experiências dos diversos APLs no Paraná demonstram que estas dependem de uma construção econômica que é processual e histórica. Investimentos e políticas públicas contribuem para estimular a expansão das atividades das APLs, porém não são suficientes para criar novas APLs instantaneamente, a partir do zero. Isso significa que são necessários estudos cuidadosos para identificar as potencialidades regionais e as possibilidades de APLs.

Do ponto de vista social, as diferenças entre os municípios/polo selecionados (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Guarapuava), podem ser observadas a partir de dados vinculados ao IDHM. Podemos iniciar, por exemplo com um comparativo dos dados do IDEB, com a taxa de analfabetismo e a expectativa de vida (Tabela 1).

	1991	**2000**	**2010**
Curitiba	68,70	72,75	76,30
Londrina	68,48	72,75	75,19
Maringá	68,48	73,17	76,10
Ponta Grossa	67,47	73,17	75,22
Cascavel	68,58	73,17	75,74
Guarapuava	68,48	73,94	76,20

Tabela 1: Comparativo da evolução da expectativa de vida (em anos)

Fonte: Dados da planilha PNUD. Atlas do IDHM. 2019.

Além dos dados do Ideb, que indicam uma disparidade entre os municípios selecionados, pode-se observar a taxa de analfabetismo no Paraná. Identifica-se a espacialidade regional em que os municípios polo funcionam como “ilhas” em meio regiões muito problemáticas (IPARDES, 2017).

Observando os dados do IDHM podemos notar que houve uma evolução no Paraná e no Brasil entre 2012 e 2015 de todos os dados referentes à saúde, educação e renda. Porém, entre 2016 e 2017 ocorreu certa estagnação, sobretudo, sobretudo, com a redução da renda (tabela 2).

	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Cascavel	0,782	0,776	0,846	0,728
Curitiba	0,823	0,850	0,855	0,768
Guarapuava	0,731	0,730	0,853	0,628
Londrina	0,778	0,789	0,837	0,712
Maringá	0,808	0.806	0,852	0,768
Ponta Grossa	0,763	0,755	0,837	0,837

Tabela 2: Comparativo do IDHM - 2010

Fonte: Atlas do IDHM. 2019.

1 I DIFERENÇAS REGIONAIS E VANTAGENS LOCACIONAIS

O Paraná detém rotas de escoamento da produção baseadas nas malhas rodoviária e ferroviária, sendo quase inexistente a opção modal hidroviária no interior. Algumas regiões ainda estão mais dependentes das rodovias, ainda que o modal ferroviário seja considerado o mais eficiente em custos (AGUILAR; SHIKIDA, 2018).

Quando se observa a localização dos polos de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava nota-se que as estruturas rodoviária e ferroviária condicionam a dinâmica regional. O município de Ponta Grossa, por exemplo, é historicamente considerado um entroncamento ferroviário e rodoviário importante. E a proximidade em relação a Curitiba e ao Porto de Paranaguá, permitiram que algumas atividades agroindustriais se estabelecessem ali. Podemos citar os casos das grandes corporações do Agronegócio, como Bunge e Cargill que consolidaram suas unidades de armazenamento e processamento (FAJARDO, 2008).

O Porto de Paranaguá tem um papel de grande relevância para as exportações de grãos, carnes e outros “frigorificados” oriundos de grandes empresas e cooperativas de regiões como o Oeste e o Sudoeste (AGUILAR; SHIKIDA, 2018).

2 I CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA E DINÂMICA DA POPULAÇÃO E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTER-REGIONAIS

O Ipardes (2017) avaliou os fluxos migratórios entre as mesorregiões paranaenses em três períodos, são eles: 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010. Podemos constatar que no primeiro período que abrange desde meados da década de 1980 até início dos anos 1990, os principais fluxos eram direcionados a Curitiba e para a região metropolitana da capital, que recebe pessoas de todas as mesorregiões.

Além da RMC, a única mesorregião que obteve acréscimo de população foi o Norte Central. As demais apresentam números negativos. Isso pode ser explicado pelo fato de

que o processo de modernização agropecuária, iniciado na década de 1970, resultou em êxodo rural nas mesorregiões, sobretudo em municípios menores. A busca por alternativas de trabalho é o que mais mobiliza a população e a motiva a migrar. Por essa razão, é tão necessária a preocupação com o desenvolvimento local por parte das políticas públicas.

> A geração de emprego e renda para a população é o principal aspecto a ser pensado nas propostas para a busca do desenvolvimento local, pois a falta de postos de trabalho e/ou a baixa remuneração criam processos de êxodo populacional, especialmente da população rural, devido ao processo de modernização agrícola conservadora. (CHIES; ROCHA, 2018, p. 71).

Tal fato refletiu nos censos de 1980 e 1991, em que o Paraná teve um crescimento populacional foi muito baixo, menos de 1% em dez anos, em relação a períodos anteriores, caracterizando praticamente um crescimento vegetativo, em que apenas Curitiba e região metropolitana tiveram um aumento mais vigoroso da população (MAGALHÃES; KLEINKE, 2000). Além disso, o Paraná perdeu população por conta da migração para outros estados e regiões.

A seguir são apresentados alguns gráficos (Gráfico 1, Gráfico 2 Gráfico 3, Gráfico 4 e Gráfico 5) correspondentes aos dados da evolução das populações estimadas dos municípios de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Guarapuava e Cascavel, entre os anos de 2011 e 2020.

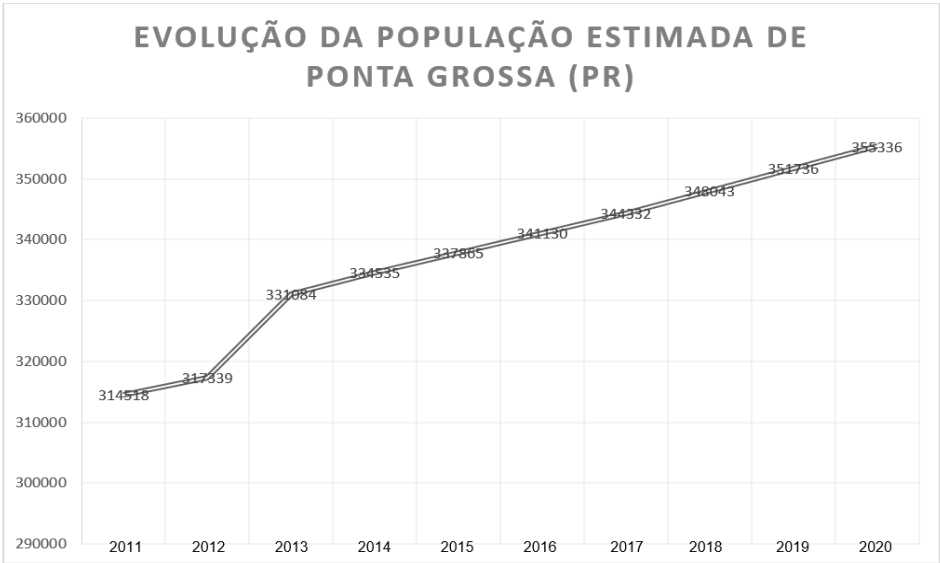



Gráfico 1: Evolução da População Estimada de Ponta Grossa.

Fonte: IBGE (2020).

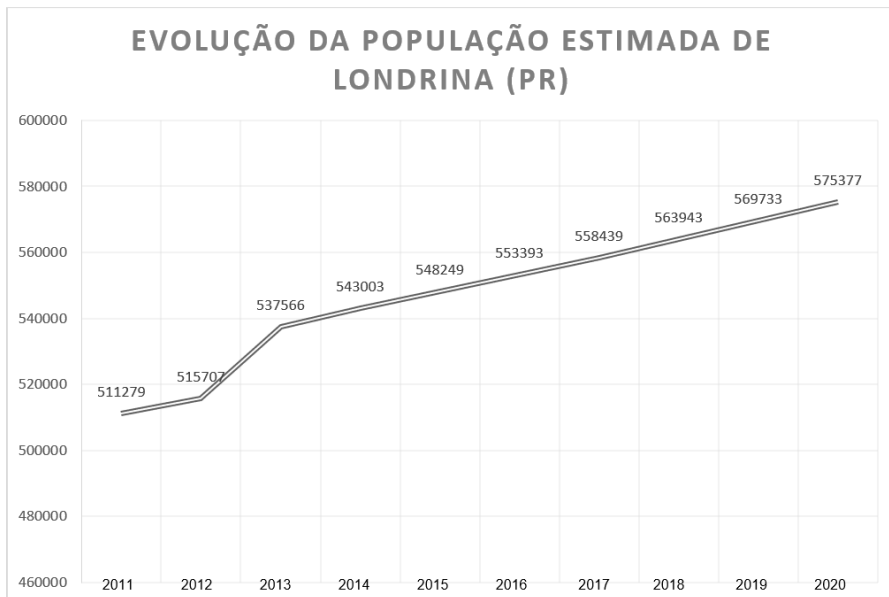



Gráfico 2: Evolução da População Estimada de Londrina.

Fonte: IBGE (2020).

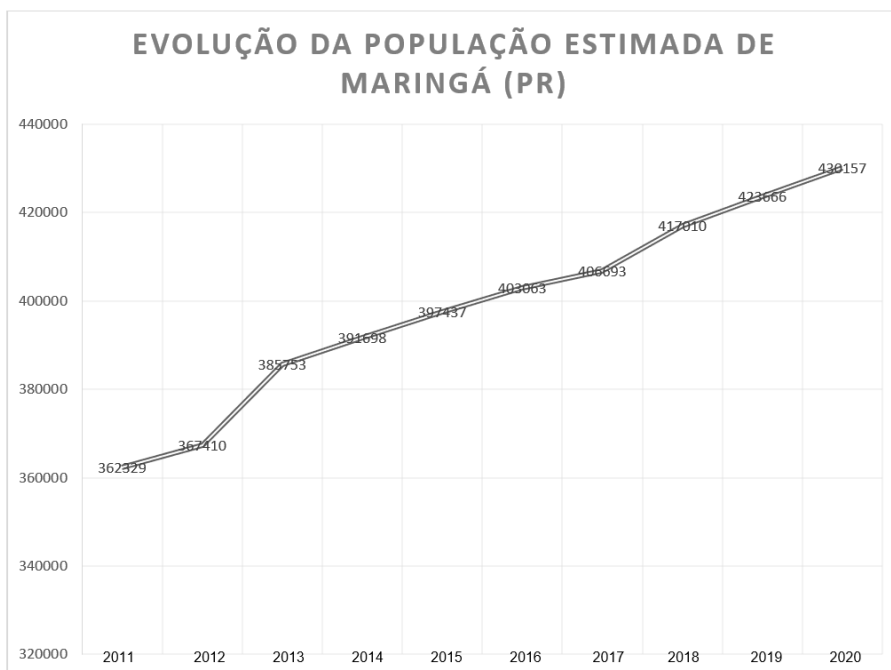



Gráfico 3: Evolução da População Estimada de Maringá.

Fonte: IBGE (2020).

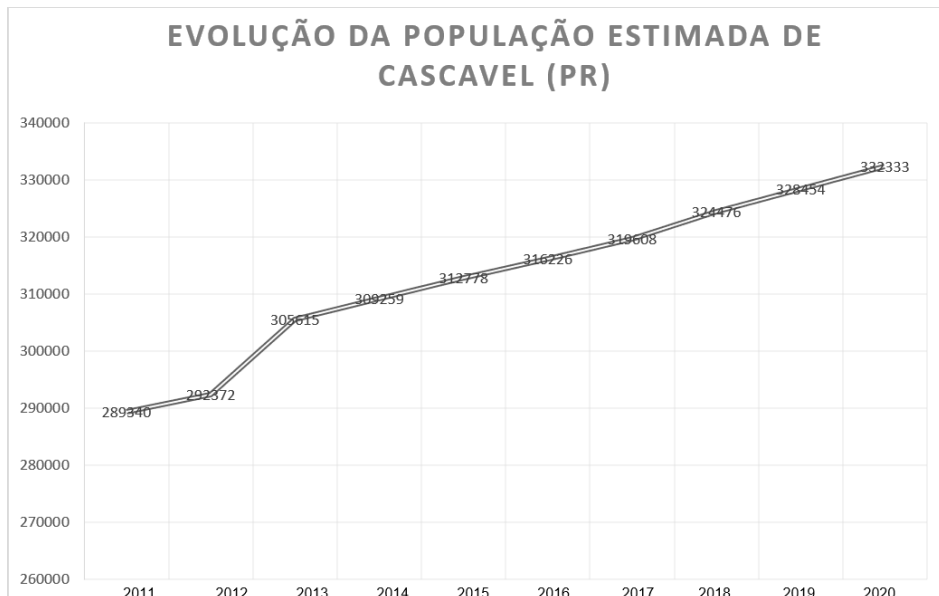



Gráfico 4: Evolução da População Estimada de Cascavel.

Fonte: IBGE (2020).

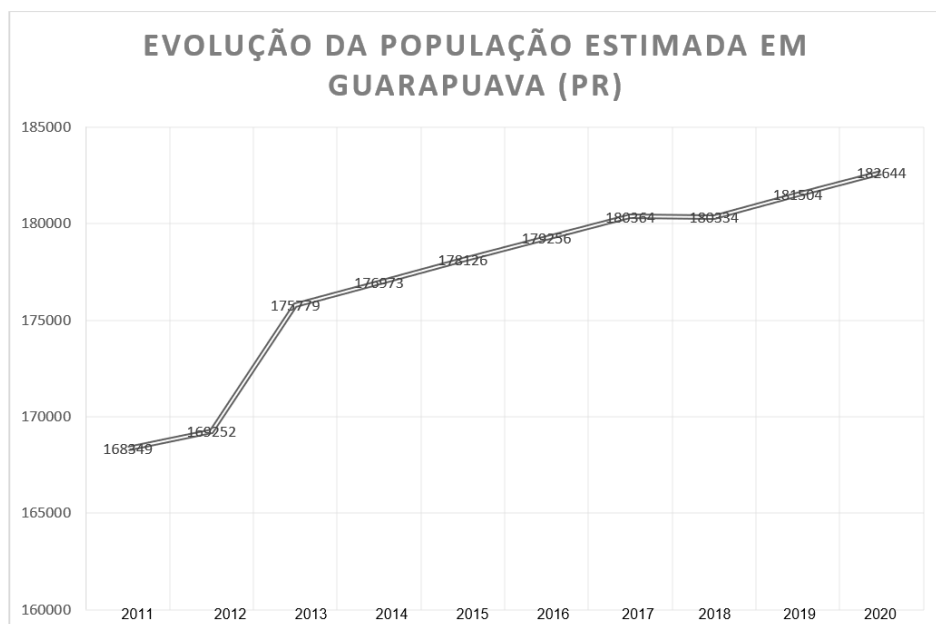



Gráfico 5: Evolução da População Estimada de Guarapuava.

Fonte: IBGE (2020).

Ao observar os dados relativos à evolução da população estimada, nota-se que todos os cinco municípios estudados tiveram um crescimento similar. Porém, o caso de Maringá (Gráfico 3) se destaca. Esse município obteve alguns saltos, como entre 2019 e 2020, em que agregou um alto percentual de crescimento, comprado aos demais.

O caso específico do Norte Central pode ser compreendido pelo dinamismo dos municípios de Londrina e Maringá, que atraíram população de municípios menores atingindo um crescimento urbano significativo. Vale lembrar que esse crescimento não foi acompanhado do mesmo modo por muitos municípios menores, pertencentes a essa mesorregião Norte Central que, em muitos casos, perderam população. Nota-se, ainda, que a mesorregião Norte Central, apesar de receber fluxos de outras mesorregiões, também foi responsável pelo número maior de pessoas que se deslocaram a RMC.

No período de 1995 a 2000, Curitiba e RMC permanecem como principal foco dos fluxos demográficos. Nesse sentido, intensificaram alguns movimentos, como os advindos da mesorregião Oeste. Um dado novo, em relação ao período anterior, seria o fluxo contrário da RMC para o Norte Central e também para o Centro Oriental e Oeste, de modo menos significativo.

Podemos observar que as mesorregiões menos dinâmicas ou com um nível populacional menos expressivo, como o Sudeste, Norte Pioneiro e o Centro Ocidental, não receberam fluxos significativos.

No último período avaliado pelo Ipardes (2017) ocorre, pela primeira vez uma alteração no quadro dos fluxos demográficos inter-regionais no Paraná. A mesorregião de Curitiba ainda concentra população e recebe fluxos de todas as mesorregiões, sendo de modo mais significativo os fluxos oriundos do Norte Central, Oeste e Centro-Oriental. Por outro lado, a RMC também cede população em fluxos a outras mesorregiões, como o próprio Norte Central (quadro que não se altera em relação ao período anterior) e ao Centro Oriental.

Avaliando numericamente, é óbvio que as mesorregiões mais populosas do interior tendem a ceder um número maior de pessoas nos fluxos demográficos. Mas é preciso compreender que, o dinamismo econômico dos espaços mais relevantes permite um melhor equilíbrio entre a saída e entrada de pessoas. Isso vale inclusive para os municípios pequenos, com população estagnada.

3 | COMPARATIVO ECONÔMICO

Ao observar os dados do PIB dos cinco municípios-polo aqui selecionados, nota-se uma hierarquia econômica bastante nítida. Esta se dá de forma alinhada com a hierarquia dos números da população. No entanto, o caso de Guarapuava é exceção, pois, ainda que possua uma população maior que outros municípios como Toledo, se comparada a este, possui um PIB levemente inferior. A dinâmica regional do Oeste pode explicar essa situação. A economia daquela região é potencializada pela proximidade de municípios mais dinâmicos economicamente e não de modo tão isolado na região central como está Guarapuava.

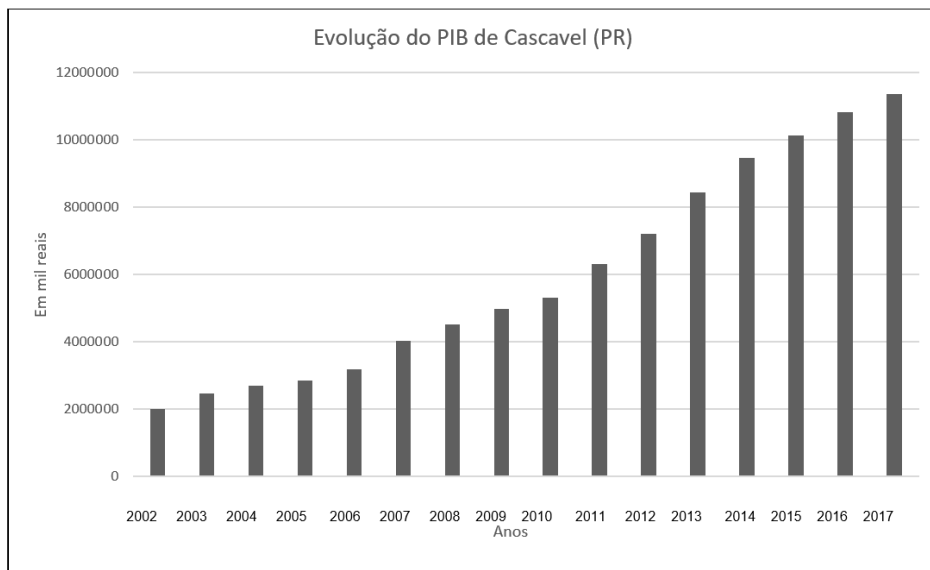



Gráfico 6: Evolução do PIB de Cascavel.

Fonte dos dados: Ipardes (2020).

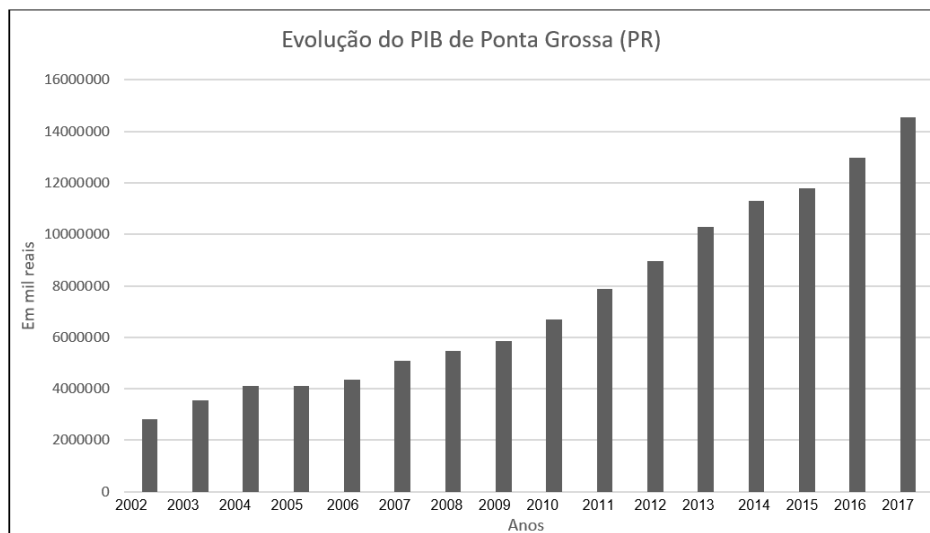



Gráfico 7: Evolução do PIB de Ponta Grossa.

Fonte dos dados: Ipardes (2020).

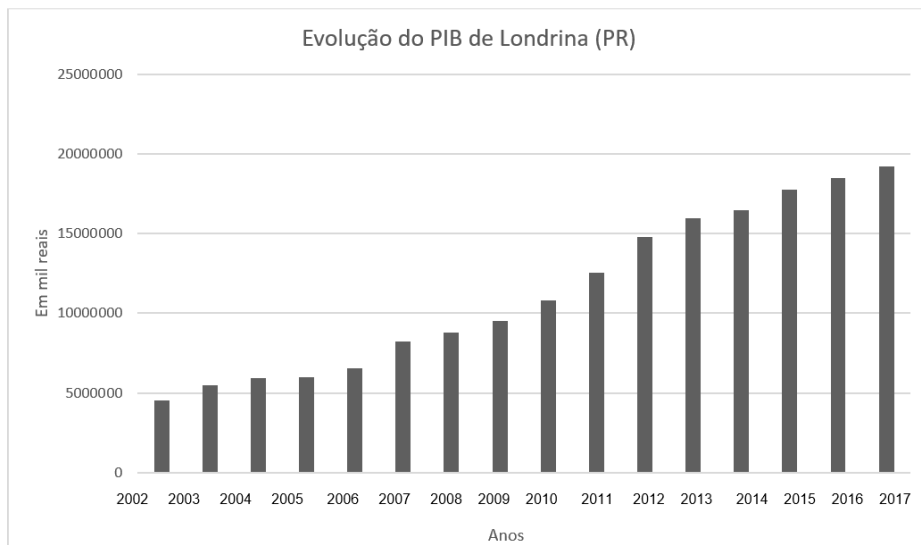



Gráfico 8: Evolução do PIB de Londrina.

Fonte dos dados: Ipardes (2020).

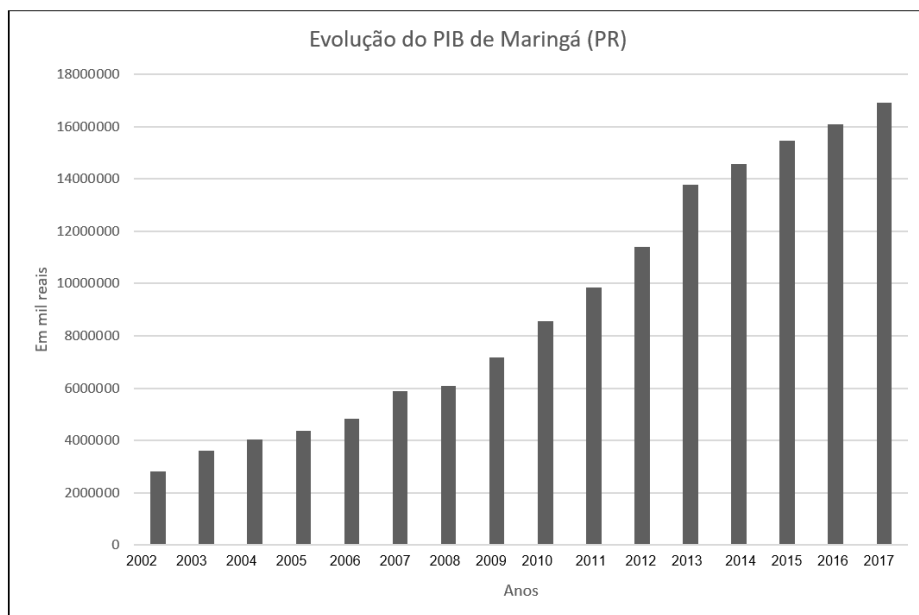



Gráfico 9: Evolução do PIB de Ponta Maringá.

Fonte dos dados: Ipardes (2020).

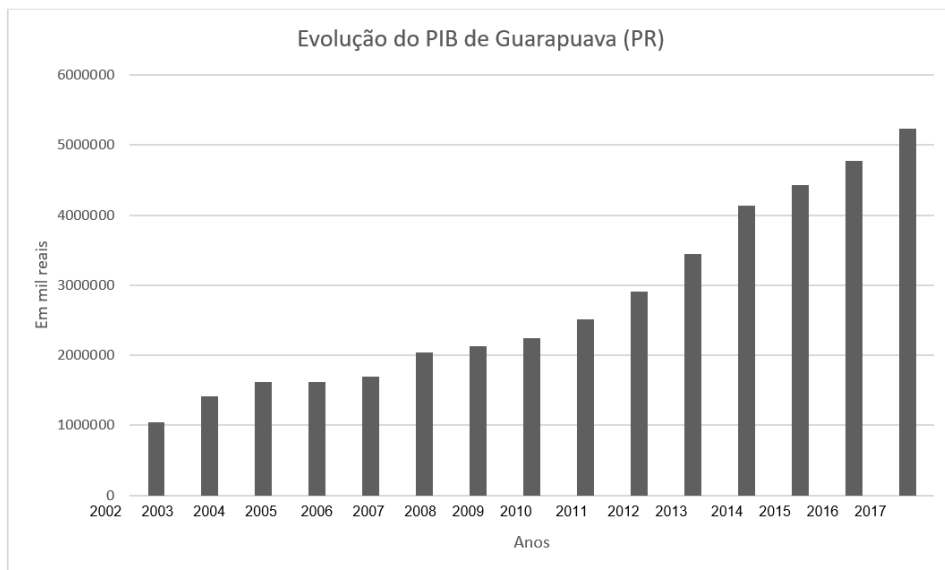



Gráfico 10: Evolução do PIB de Ponta Grossa.

Fonte dos dados: Ipardes (2020).

Em todos os casos observados, a evolução do PIB entre 2002 e 2017 (Gráficos 6 a 10) foi bastante condicionada com o momento econômico nacional, com períodos de “saltos” e outros de estagnação. Os municípios-polo são destaque em participação no Valor Adicionado Fiscal.

Os dados de participação dos municípios no Valor Adicionado Fiscal do setor de Serviços também indicam maior destaque aos polos regionais, com participações mais significativas de Curitiba e Londrina.

A participação do setor industrial demonstra que quatro dos cinco municípios-polo do interior do Paraná selecionados, apresentam valores significativos. Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel ficam atrás somente da Região Metropolitana de Curitiba. Enquanto Guarapuava, o polo menos dinâmico, tem uma posição secundária, na faixa de municípios menores que este, como Pato Branco e Francisco Beltrão.

Os dados do Ipardes (2017) indicam que setores específicos da indústria, como aqueles voltados à produção de máquinas e equipamentos em geral, concentram-se na Região Metropolitana de Curitiba, porém, com atividades significativas em polos como Ponta Grossa, Londrina e Maringá.

No caso do setor industrial de alimentos e bebidas, este é mais difuso no Paraná, presente em todas as regiões e com participação de todos os polos regionais selecionados. A territorialização horizontal das atividades agropecuárias, que se estende por grande parte do interior, explicaria essa condição, associadas às atividades agroindustriais, que, por sua vez articulam-se à produção agropecuária. Porém, Guarapuava encontra-se novamente isolado na porção central do estado, com uma dinâmica regional inferior aos demais polos.

Por sua vez, a indústria de produtos derivados de madeira, papel e celulose, encontra grande força nos polos de Ponta Grossa e Guarapuava, extrapolando os municípios-polo e abrangendo municípios como Telêmaco Borba e União da Vitória.

As regiões das áreas polarizadas por Londrina e, sobretudo, Maringá, são mais representativas no setor de produção têxtil, de confecções e artigos de vestuário. Conforme já discutido aqui, o Arranjo Produtivo Local (APL) do vestuário, localizado nos municípios de Cianorte e Maringá, foi responsável por essa especialização produtiva que integrou vários municípios do entorno na dinâmica econômica regional.

Mas outros espaços, como o Sudoeste e as regiões de Cascavel, Ponta Grossa e Guarapuava, também possuem participações relativamente significativas no setor.

Os polos regionais do interior do Paraná desempenham uma centralidade urbana marcada pelo forte setor de comércio. Londrina e Maringá ganham certa evidência se comparados aos demais.

Os polos regionais com maior destaque na participação da produção agropecuária são Guarapuava, Ponta Grossa e Cascavel. As especificidades regionais em termos históricos e de escala de produção, com municípios com áreas de produção agropecuária muito extensas, onde o processo de modernização tecnológica avançou bastante a partir da década de 1980, pode contribuir para entender o contexto.

Como visto, historicamente, o chamado Paraná Tradicional teve como uma das fases econômicas a produção de madeira, baseada na exploração das florestas nativas de araucária (Figura 7). Não por acaso, a produção florestal mais recente é concentrada justamente nesse espaço de mais antiga colonização no Paraná.

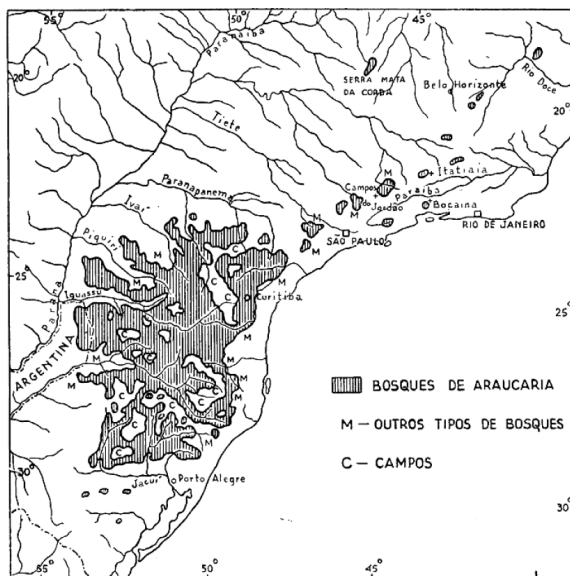



Figura 7. Mapa da ocorrência de Araucária.

Fonte: Hueck (1953).

A substituição das madeiras nativas por madeiras plantada composta por pinus e eucalipto, renovou a atividade tradicional. Modernizada no século XX, chegou ao século XXI como um dos principais produtos de exportação do Paraná. As regiões abrangidas pelos polos de Guarapuava e de Ponta Grossa são as que concentram essa atividade (Ipardes, 2017).

O Oeste e o Sudoeste, polarizados por Cascavel, são as principais regiões de pecuária, notadamente de suínos. Os destaques ficam para Cascavel, Toledo, Francisco Beltrão e Pato Branco. Municípios como Umuarama, com pecuária de corte, e Castro, com pecuária leiteira, concentram a produção de bovinos.

4 I AS DISPARIDADES REGIONAIS

O Paraná passou por um processo de "invenção", em que as identidades regionais foram forjadas estrategicamente por governantes e intelectuais, como Romário Martins (SZESZ, 1997). Esse esforço, ainda que tentasse estimular a unidade estadual, não logrou êxito nesse sentido justamente em razão das diferenças nas formações dos espaços regionais. Nesse sentido, Almeida (2016) ressalta que o processo de integração entre o chamado Paraná Tradicional e o Paraná Moderno (Norte) por meio da rodovia, aproxima esses espaços. No entanto, não é possível vislumbrar algo próximo a uma homogeneização. Ao contrário, as disparidades e os contrastes são evidenciados.

As diferenças regionais, muitas de caráter histórico e endógeno, persistem, reforçando não apenas as desigualdades, mas enfatizando o caráter cultural dos vários regionalismos. Estes interferem diretamente nas características das regiões. Ademais, as particularidades naturais tendem a serem bastante relevantes nessas redefinições.

Um dos maiores contrastes quando se compara as disparidades regionais dos municípios do Paraná é a dependência dos menores municípios em população dos repasses de recursos públicos federais e estaduais. Um outro reflexo das dificuldades econômicas dos menores municípios está no fato destes dependerem do emprego público das prefeituras como a principal geradora de emprego formal.

Os municípios, em geral mais pobres, com essas características, se concentram na área considerada socialmente crítica pelo Ipardes (2017), grande parte da região mais central, que tem Guarapuava como polo, e também boa parte do vale do Ribeira, além de municípios espalhados pelo Norte Pioneiro, Noroeste e Sudoeste. Alguns municípios pequenos, mas com unidades industriais grandes, acabam por depender dessa categoria de emprego.

Em termos de geração de emprego formal, a participação dos municípios mais populosos tem um destaque maior. Porém, avaliando regionalmente, podemos identificar uma situação que demonstra a importância do dinamismo de um conjunto de municípios em um recorte espacial.

O caso de Guarapuava é bastante ilustrativo. O município, que é o mais populoso da Mesorregião Centro Sul, apresenta uma relevância significativa no emprego formal em 2013, no mesmo nível de Ponta Grossa e Cascavel. No entanto, diferentemente das outras mesorregiões, mais dinâmicas, como o Norte Central, Centro Oriental e Oeste, o município

fica quase isolado no seu espaço regional.

Essa condição irá refletir na identificação dos espaços econômicos relevantes e dos espaços socialmente críticos realizada pelo Ipardes (2017). Municípios menores e pouco articulados com o polo regional, acabam por ser caracterizados por economias debilitadas, altas taxas de pobreza e baixo desenvolvimento humano.

Em um comparativo, o município de Guarapuava se equipara a Ponta Grossa, ficando atrás de Londrina, Maringá e Cascavel. Porém, isoladamente, se o apoio significativo de municípios do seu entorno que pudesse reforçar a economia regional, esse município acaba ficando de fora das regiões mais dinâmicas, representando uma ilha em meio a um espaço socialmente crítico.

Ainda que fiquem nítidas as disparidades sociais entre os espaços, não podemos esquecer que, mesmo na mesorregião mais dinâmica e populosa do Paraná, a RMC, há municípios socialmente críticos. Isso significa que, a miséria social e a marginalização de populações resultam de uma desigualdade social que não escolhe espaços ou regiões, mas acabam por serem seletivas, derivadas da concentração de rendas em municípios. Pensando de modo escalar, mesmo dentro de um município identifica-se miséria e contrastes sociais, materializados na diferença entre os bairros.

Ao caracterizar espaços socialmente críticos, separados dos mais dinâmicos, o poder público passa a conhecer os municípios e regiões que mais necessitam de investimentos em políticas públicas sociais e de desenvolvimento. No Paraná, os estudos do Ipardes (2005; 2017) demonstraram que alguns municípios deixaram de ser considerados socialmente críticos com o avanço social promovido pelas políticas sociais implantadas pelo governo federal a partir do início dos anos 2000. A mesorregião Norte Pioneiro é um exemplo e avançou de socialmente crítico para a condição de relevância social mínima.

Assim, comparando por municípios (os polos regionais que selecionamos) temos a seguinte configuração, Curitiba permanece com a maior relevância, concentrando relevância extrema, e abrangendo Ponta Grossa, que fica localizada na sua área de influência; Londrina, Maringá e Cascavel em condição de relevância elevada; por fim, Guarapuava com relevância média, mas inserida num espaço em situação socialmente crítica.

Comparados os indicadores sociais de 2000 e de 2010, percebe-se que houve uma certa evolução num período de dez anos, em que alguns municípios mais pobres ascenderam. Isso se devem ao papel das políticas sociais, conforme já foi observado. Mas os mesmos espaços considerados socialmente críticos, seguem a concentrar a miséria.

Podemos constatar que nenhuma das mesorregiões do Paraná escapa totalmente de problemas sociais. Porém, nota-se uma concentração, conforme já observado, na faixa central, em pontos do Sudoeste, Oeste e Vale do Ribeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferenças regionais não ocorrem por acaso. O processo histórico-geográfico é condicionado por ações, escolhas e interesses econômicos e políticos, além da configuração territorial relacionada aos aspectos físicos, como solo, relevo, clima, vegetação, topografia, ou mesmo humanos, como a demografia e a cultura.

No Paraná pode-se afirmar que vicissitudes regionais influenciaram nas diferentes formações e potencializaram algumas disparidades entre os espaços. As características de certos espaços também serviram de variável para a definição das ações elegidas no processo de ocupação. Assim, muitos municípios ficaram marginalizados econômica e socialmente, não apenas localizados em áreas consideradas mais pobres e frágeis, mas também há diversos casos de municípios muito pobres que são limítrofes a polos dinâmicos, como Curitiba, Londrina e Maringá.

Nesse contexto, uma das primeiras constatações ao se comparar as regiões do Paraná, é a existência de dois mitos que precisam ser superados. O primeiro diz respeito à visão de “polos de desenvolvimento ou de crescimento”. Na prática, a seletividade espacial não concede a todo o entorno os benefícios da centralidade regional. Vários exemplos temos de marginalização e miséria em municípios que ficam localizados dentro de uma região dinâmica.

O segundo mito é, muitas vezes induzido pelos estudos de centralidade e de hierarquização urbana, é de que é preciso que exista um município (médio) mais populoso, que sustente e condicione a dinâmica econômica regional. Ora, em várias partes do Brasil e do mundo isso não ocorre. E no Paraná, o fato de haver no Sudoeste dois municípios mais dinâmicos, que centralizam outros menores, demonstra que estes podem substituir um centro regional maior, até porque é a soma dos dois que se converte na força regional.

A hegemonia de um modelo produtivo que valoriza a acumulação, a centralidade regional dos polos cria uma espécie de ilusão da prosperidade. Os cinco municípios médios estudados aqui representam essa concentração de população e renda que não necessariamente significam um desenvolvimento humano pleno. As desigualdades afloram interna ou externamente, seja nas periferias ou em municípios vizinhos com alto grau de miséria.

Porém, devemos vislumbrar uma ressignificação da questão regional estadual, pensando de forma mais integrada. Os desequilíbrios regionais podem ser estimulados não apenas quando os recursos são direcionados aos polos, que atraiam população em busca de renda e emprego, mas pela resignação daqueles que acreditam no estigma da miséria localizada. Mudar localmente pequenos e médios municípios em busca de justiça social pode ser um caminho interessante.

E nós, do meio acadêmico, devemos ter claro o nosso papel regional. Uma universidade pode ter ensino e pesquisa de excelência e não representar nada para o espaço em que está inserida. Só há impacto no desenvolvimento regional se de fato houver vínculos com as questões regionais. Estar na região central do PR pode não significar nada sem um compromisso com a região, no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão. Não podemos induzir estudantes a se distanciarem de suas realidades, mas o contrário, pensarem a realidade local num contexto nacional e global, sem abandonarem esse vínculo

e compromisso.

Não adianta querer resolver um problema na Amazônia se as questões ambientais locais são desprezadas, por exemplo. É inútil pesquisar as metrópoles mundiais sem haver sensibilidade aos problemas locais/regionais. Isso sim é hipocrisia.

Por fim, deixamos aqui uma reflexão. Poderíamos vislumbrar um novo movimento paranista no século XXI? Seria possível a construção de um paranismo que respeite as nossas diferenças e a natureza? Não seria um paranismo romântico e ufanista, como aquele de 100 anos atrás. Experimentaríamos, assim, um paranismo da base, da população marginizalizada e excluída que vive, sobrevive e constrói paisagens e culturas.

É necessário um paranismo que valoriza os “derrotados” da história oficial, os indígenas massacrados, os negros escravizados, os caboclos perseguidos, os camponeses expulsos e os colonos abandonados. Um paranismo que olha para dentro de si, nas entranhas da desigualdade. Um paranismo que sim, se maravilha com as belezas naturais do Paraná, mas que denuncia a destruição ambiental e a miséria social. Um paranismo que quer aproximar as diversidades sociais e culturais, como um encontro de trajetórias. Um paranismo dos vários paranás. Enfim, um paranismo solidário, realista e transformador. Uma bandeira levantada por quem deseja conhecer e reconhecer o território na busca de um lugar melhor, mais justo, sem xenofobia, de braços abertos a receber a qualquer um que venha a fazer parte desse Paraná.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alcioly T. G. de. **A posse e o uso da terra**: modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986, 282p.

AGUILAR, Cristian J. P.; SHIKIDA, Pery, F. A. Logística de exportação de grãos do oeste do Paraná: perspectiva de potencialidades. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 51, ju;./dez. 2018.

ALMEIDA, Eduardo C. S. de. **Agroindústrias**: a indústria motriz que desenvolve a região oeste do Paraná. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento). Foz do Iguaçu: Unila, 2020. 114f.

ALMEIDA, Letícia Leal de. **Regionalismo paranaense**: do esboço de uma sinopse de História regional à História do Paraná. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Ponta Grossa: UEPG, 2016.125f.

ALMEIDA, Priscila R. P. (org). Povos indígenas do Norte do Paraná. Museu Histórico de Londrina. **Catálogo da Exposição Itinerante**. Londrina: Uel, 2011, 33p.

ANDRADE, Manuel C. de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: a teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina. São Paulo: Atlas, 1987.

BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil. P.; *WESTPHALEN*, Cecília. **História *do* Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BERNARDES, Lísia M. C. O problema das frentes pioneiras no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 335-384, jul./set. 1953.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no estado do Paraná**. Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 427-456, out./dez. 1952.

BIESEK, Ana S.; CARDOZO, Poliana F. Interpretação do patrimônio ambiental: o caso do Parque nacional do Iguaçu (Foz do Iguaçu, PR). **Cultur**, v. 6, n. 4, out. 2012. Disponível em: http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/300 Acesso em: 10/09/2020.

BOGONI, Saul. **O discurso de resistência e revide em conquista espiritual (1639), de Antonio Ruiz de Montoya**: ação e reação jesuítica e indígena na colonização ibérica na região do Guairá. Dissertação (Mestrado em Letras). Maringá: UEM, 2008. 186f.

BRAGUETO, Claudio R. O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970. **Geografia***,* Londrina, V. 8, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1999.

BRIGHENTI, Clovis A.; SANTOS, Rosângela D. dos. Encobrimento indígena no processo de colonização do oeste do Paraná. **Revista SURES**, Foz do Iguaçu, n. 8, p. 113-131.fev. 2017.

BROIETTI, Cleber et al. Os consórcios públicos municipais como determinantes dos custos ambientais: um estudo com os consórcios do estado do Paraná. **XXIV Congresso Brasileiro de Custos,** Florianópolis, SC, Brasil, 15 a 17 de novembro de 2017. Disponível em: https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4326/4326 Acesso em 10/09/2020

BUENO, Edir de P. O índice de desenvolvimento humano (IDH): avaliação de seus pressupostos teórico e metodológicos. Goiânia, **Boletim Goiano de Geografia**, v. 27, n. 3, p. 49-69, jul./dez. 2007.

BUSATO, Ivana M. S. et al. Estudo do perfil de governança e gestão em saúde das administrações municipais no Estado do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 7 , p.48406-48415, jul. 2020.

CALDERARI, Egon B. **Empreendedorismo regional, redes e capital social: estudo de caso em dois APLs de confecção do estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Administração). Curitiba: UTFPR, 2019.189f.

CAMARGO JÚNIOR, Mauro C. V. de. **Escrever uma história do Paraná para torná-la conhecida pelos paranaenses e pelos brasileiros**: a construção de espaços de produção histórica no Paraná (1890-1930). Tese (Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2018. 347f.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000.

CAMPOS, Margarida C.; GALLINARI, Tainara. Permanência e resistência das comunidades remanescentes de quilombolas no Paraná. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 8, n. 15, p. 131-142, mai./ago. 2017.

CANDIOTO, Luciano Z. P. O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o Programa Nacional de Turismo Rural na agricultura familiar (PNTRAF) e o papel do estado do Paraná no contexto. **Cultur**, Ilhéus, v. 7, n. 2, p. 111-131, jun. 2013.

CANO, Wilson. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, pp.139-174, jul.-dez. 2014.

CANO, Wilson. Uma agenda nacional para o desenvolvimento. **Leituras de Economia Política***,* Campinas, (21), p. 35-73, dez. 2012/jul. 2013.

CARDOSO, Jayme A.; WESTPHALEN, Cecília M. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Projeto / Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. 78p.

CARDOSO, Nelson A.; MOURA, Rosa. Regiões de fronteira e fluxos migratórios: o caso do Paraná. In: PENHA, Bruna; DESIDERÁ NETO, Walter A.; MORAES, Rodrigo F. **O Mercosul e as regiões de fronteira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. 258p.

CASARIL, Carlos C. Formação sócio-espacial Sudoeste paranaense. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, p. 1-20, 2017.

CEJUDO CÓRDOBA, Rafael. Capacidades y libertad: uma aproximación a la teoria de Amartya Sen. **Revista Internacional de Sociología (RIS).** Córdoba (Espanha), v. 65, n. 47, p. 9-22, ago. 2007.

CHANG, MAN YU. **Sistema faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina, IAPAR, 1988. 123p.

CHIES, Cláudia; ROCHA, Márcio M. Aposentadoria rural como política pública: impactos para o desenvolvimento local em pequenas cidades. *In*: SOUZA, Adalberto D. de; COSTA, Fábio R. da. **Desenvolvimento regional no Paraná**: ações e reflexões. Campo Mourão: Unespar, 2018. 277p.

COSTA, Armando D.; SILVA, Gustavo, P. Bunge e Sanbra: formação de grupos econômicos no Brasil. Bunge e Sanbra: formação de grupos econômicos no Brasil (1923-1994). **América Latina en la Historia Económica**, Ciudad de México, v. 27, n. 1, p. 1-30, 2020.

COSTA, Daniele R. F. da; FERREIRA, Yoshiya N. Paraná: geopolítica imigrantista e a formação territorial. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 143-148, juL/dez. 1999.

COSTA, Flavio L.; MENEZES, Sezinando L. Algumas considerações sobre a ocupação europeia da região do Guairá nos séculos XVI e XVII. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 24, p. 223-232, 2002.

COSTA E SILVA, Paulo P. **Aleixo Garcia**: o homem e o mito. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2012. 190p.

CRESTANI, Leandro de A.; OLIVEIRA, Nilton M. de; STRASSBURG, Udo. A hegemonia das elites agrárias e a formação do mercado de terras: a colonização do oeste do Paraná. **Encontro Paranaense de Economia**. Toledo, 12 a 14 de nov. de 2013.

CROCETTI, Zeno S. **Evolução sócio-espacial do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis: UFSC, 2007. 196f.

CUNHA, Luiz Alexandre Gv. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial**: o caso do Paraná Tradicional. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Seropédica: 2003.

CUNHA, Luiz Alexandre G. **O crédito rural e a modernização da agricultura paranaense**. 1970-1980. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Curitiba: 1986.

CUNHA, Luiz Alexandre G. Paraná: desenvolvimento rural e questão regional. **Revista Eletrônica Polidisciplinar Voos.** Ponta Grossa., n. 2, p. 6879, jun. 2006**.**

CUNHA, Luiz Alexandre G. Revisitando a discussão sobre a modernização da agricultura. In: FAJARDO, Sergio; DANTAS, Jhonatan dos S. **Geografia agrária, ruralidades e território**: processos locais no espaço rural. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2018, p. 9-36.

DELGADO, Paulo R.; SOUZA, Leonildo P. de. Vulnerabilidade social e arranjos domiciliares no Paraná. In: MARGUTI, Bárbara O.; COSTA, Marco A.; PINTO, Carlos V. da S. **Territórios em números**: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e dos IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira (livro 1). Brasília: IPEA, 2017. p. 15-41.

DESENVOLVIMENTO Humano para Além das Médias: 2017. Brasília: PNUD : IPEA : FJP, 2017. 127 p.

DIAS, Bruno B.; FAJARDO, Sergio. Articulações entre o Estado e cooperativismo agrícola: um estudo sobre as cooperativas de imigrantes holandeses nos Campos Gerais do Paraná. **Ra'e Ga**, Curitiba, v.45, p. 214 -232 , Dez/2018.

FAJARDO, Sergio. Aspectos da ocupação, da formação da estrutura produtiva e das transformações na paisagem rural no território paranaense. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 20, p. 89-101, fev./2007.

FAJARDO, Sergio. Considerações sobre os processos produtivos agrícolas e alguns reflexos na paisagem rural paranaense. **Anais do XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA**. Dourados, 6 a 10 de novembro de 2018.

FAJARDO, Sergio. Equívocos nos usos da divisão regional oficial no estado do Paraná. **Geografar**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 86-99, jun. 2013.

FAJARDO, Sergio. O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial e a atuação das cooperativas agropecuárias no Paraná. **RA´E GA**, Curitiba, n. 11, p. 89-102, 2006.

FAJARDO, Sergio. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2008, 414p.

FAVARETO, Arilson. Multiescalaridade e multidimensionalidade nas políticas e nos processos de desenvolvimento territorial: acelerar a transição de paradigmas. *In*: SILVEIRA, Leandro L. da. DEPONTI, Cidonea M. (orgs.). **Desenvolvimento regional**: processos, políticas e transformações. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p. 61-92.

FERREIRA, Sandra C. A centralidade de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Guarapuava na rede urbana do Paraná. **RA'E GA**, Curitiba, n. 23, p. 631, 2011.

FERREIRA, Jorge L. D.; RUSSO, Letícia X. Arranjos produtivos locais: evidências empíricas. *In*: SOUZA, Adalberto D. de; COSTA, Fábio R. da. **Desenvolvimento regional no Paraná**: ações e reflexões. Campo Mourão: Unespar, 2018. 277p.

FLEISHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura**. Curitiba: Chain, 1998.

FOLMANN, Maysa. Levantamento do patrimônio geológico da "APA da Escarpa Devoniana" em Ponta Grossa, Sul do Brasil. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.14, p. 1-18, e2014808, 2020.

FRANÇA, J. P. A ocupação do nordeste do Paraná e a cidade de Umuarama: uma retrospectiva da processo de ocupação. **Akrópolis,** Umuarama, v. 19, n. 3, p. 165-174, jul./set. 2011.

FREITAS, Vladimir P.; ORTIGARA, Rudinei J. O pagamento por serviços ambientais e a preservação e gestão de recursos hídricos no estado do Paraná. Revista **Argumentum**, Marília, v. 18, n. 3, pp. 645-663, Set.-Dez. 2017.

FRESCA, Tania M. Industrialização recente da rede urbana do Norte do Paraná: cidades especializadas em produções industriais e transferência industrial. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 24, n. 1, p. 129-146, 2006.

FRITZSONS, Elenice et al. **Caracterização ambiental dos componentes estruturais de duas regiões do bioma mata Atlântica no Estado do Paraná**. Colombo: Embrapa Florestas, 2014. 36p.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. 122p.

GALVÃO, Ana Rúbia G. **Possibilidades de valorização multidimensional do território de Francisco Beltrão – PR com vistas ao desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Francisco Beltrão: Unioeste, 2009. 178f.

GARCIA, Monika C. P. A dimensão territorial do desenvolvimento

GIROTTO, Nilse L. **A aplicação dos royalties da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional como recurso de desenvolvimento aos municípios da zona de fronteira entre Brasil e Paraguai**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2019. 158f.

GOULART, Sueli. Uma abordagem ao Desenvolvimento Local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. **Cadernos Ebape**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 115, out. 2006.

GOULARTI FILHO, Alcides. A estrada da Mata e a integração regional pelo interior do Brasil meridional. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.15, n.2, p.111-138, jul./dez.2012.

GRUPO de Trabalho Clóvis Moura**. Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura**: 2005-2010. – Curitiba, PR: GTCM, 2010. 269 p. Disponível em: < www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinal2005a2010.pdf >. Acesso em: 13 de outubro de 2020.

GUTIÉRREZ, Horácio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **História**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006.

HUECK, K. Distribuição e habitat natural do pinheiro do paraná (*Araucaria angustifolia*). **Boletim da Faculdade de Filosoia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo. Botânica**, v. 10, p. 5-24, 1953.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/. Acesso em: 29/10/2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas de população publicadas no DOU. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf Acesso em: 10/12/2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://ideb.inep.gov.br/ . Acesso em: 14/09/2020.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Estado do Paraná**: Região Geográfica Intermediária (IBGE). Mapa. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-avancado-dos-municipios#. Acesso em 29/10/2020.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os vários Paranás**: as espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015. Curitiba: Ipardes, 2017. 239p.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Produto Interno Bruto (Referência 2010) segundo os municípios do Paraná** – 2013-2017. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/PIB-dos-Municipios. Acesso em 15/10/2020.

ITCG. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **Presença indígena no estado do Paraná**. Curitiba: ITCG, 2008. Disponível em: < http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/presenca_indigena_parana_A1.pdf >. Acesso em 13/10/2020.

IZEPÃO, Rosalina L.; GARDENAL, Leonardo A. S. Café, capital cafeeiro e industrialização no Paraná. Maringá, **A Economia em Revista**, v. 23, n. 2, p. 6585, jul. 2015.

KASHIMOTO, Emília M.; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. **INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, N. 4, p. 35-42, Mar. 2002.

LAZIER, Hermógenes. **Estrutura agrária no Sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Curitiba: UFPR, 1983. 179f.

LEOCADIO, Leandro C. Memórias “esquecidas” da Guerra de Porecatu: história e historiografia de atores sociais silenciados. **Anais do V Congresso Internacional de História**, Maringá, 21 a23 de setembro de 2011, p. 883-890.

LIMA, Jandir F. de. Valor adicionado fiscal do estado do Paraná: concentração e reestruturação regional. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento** Regional, Taquara, v. 17, n. 2, abr./jun. 2020.

LIMA, Marcos Costa. As teorias do desenvolvimento: a propósito dos conceitos de centro e periferia. **Século XXI**, Porto Alegre, V. 6, Nº1, Jan-Jun 2015.

LUDWIG, Leandro; MATTEDI, Marcos A. Dos desastres do desenvolvimento ao desenvolvimento dos desastres: a expressão territorial da vulnerabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 39, p. 23-42, dezembro 2016.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do estado do Paraná**. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

MACCARI, Neiva S. K. **Migração e memórias**: a colonização do Oeste Paranaense. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 1999. 197f.

MAGALHÃES, Marisa V,; KLEINKE, Maria de L. U. Projeção da população do Paraná: tendências e desafios. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 98, p. 27-43, jan./jun. 2000

MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n. 87, p. 131-148, jan./abr. 1996.

MANOSSO, Fernando C.; NÓBREGA, Maris T. A estrutura geoecológica da paisagem como subsídio a análise geoambiental no município de Apucarana-PR. **Geografar**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 86116, jul./dez. 2008.

MARKUN, Paulo. **Cabeza de Vaca**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MARTINS, Gelise G. P.; FRANCISCON, Moisés W. O indígena na ocupação do norte do Paraná: o mito do vazio demográfico. **Revista Percurso – NEMO**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 53-73, 2018.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.524p.

MARTINS, Sérgio R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.

MASSUDA, Ely M. Produção e consumo de algodão e as indústrias de fiações de algodão no Paraná. **Acta Sci. Human Soc. Sci**. Maringá, v. 27, n. 1, p. 61-68, 2005.

MAZER, Guilherme P.; CHRISTOFFOLI, Pedro I. Impactos do agronegócio florestal no território Caminhos do Tibagi – PR. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 15, n. 35, p. 343-371, abr. 2020.

MEDEIROS, Paulo C. A face oculta da privatização e os desafios da gestão social das águas no estado do Paraná. **RA´E GA**, Curitiba, n. 10, p. 117-130, 2005.

MINEROPAR - Minérios do Paraná. **Atlas geomorfológico do Estado do Paraná.** Escala base 1:250.000 modelos reduzidos 1:500.00. Minerais do Paraná; Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006. 63 p.;

MONDARDO, Marcos L. **Territórios migrantes**: transterritorialização e identidades em Francisco Beltrão/PR. Dourados: UFGD Editora, 2012. 448p.

MONSORES, Carla de O.; BRAGA, Zaira, C. C. A contribuição da construção da usina hidrelétrica de Itaipu no desenvolvimento regional da cidade de Foz do Iguaçu, à luz da teoria de base da exportação. **Revista Orbis Latina**, vol.8, nº 1, Foz do Iguaçu), Jan./Jun. de 2018.

MOTA, Lúcio T. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2ª ed. Maringá: Eduem, 2008. 298p.

MOTA, Lúcio T. A invasão dos territórios Xetá na Serra dos Dourados /PR em meados do século XX. **Diálogos**, v.21, n.3, p. 4 – 25, 2017.

MOTA, Lúcio T. **História do Paraná**: relações sócio-culturais da pré-história a economia cafeeira. Maringá: Eduem, 2012. 120p.

MOURA, Rosa. Paraná: meio século de urbanização. **RA´E GA**, Curitiba, n. 8, p. 33-44, 2004.

MOURA, Rosa. Qual é o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: ENDLICH, Angela M.; ROCHA, Márcio M. **Pequenas cidades e desenvolvimento**. Maringá: PGE, 2009, p. 15-40.

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001.

NASCIMENTO, Ederson; MATIAS, Lindon F. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa. **RA´E GA**, Curitiba, n. 23, p. 65-97, 2011.

NAVARRO SWAIN, Tânia N. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, Catherine. **Fronteiras**. Brasília: Ed. Unb, 1988, p. 19-37.

NERONE, Maria Magdalena. **Sistema Faxinal: terras de plantar, terras de criar**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015. 220 p.

NEIS, Cláudia. Royalties: aumento de 23,5% salvou lindeiros. **O Paraná**, Cascavel, 27 de dezembro de 2019. Disponível em: https://oparana.com.br/noticia/royalties-aumento-de-235-em-2019-salvou-lindeiros/ Acesso em 03/09/2020.

NOVAKOVSKI, Leandro; FAJARDO, Sergio. O transporte ferroviário de pinus em Guarapuava. **Revista Eletrônica Lato Sensu**. Guarapuava, v. 6, p. 1-14, 2008.

OKUYAMA, Carlos et al. Adequação de propriedades rurais ao Código Florestal Brasileiro: estudo de caso no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v.16, n.9, p.1015–1021, 2012.

OLIVEIRA, Antônio G. de; SILVA, Christian L. da; LOVATO, Ederson L. Desenvolvimento local: conceitos e metodologias – políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano. **Revista Orbis Latina**, v.4, n. 1, janeiro-dezembro de 2014.

OLIVEIRA, Donizete. O fim de um povo paranaense. **Maringá News**: O portal do Rigon. Maringá, 09/01/2020. Disponível em: https://angelorigon.com.br/2012/07/15/o-fim-de-um-povo-paranaense/ Acesso em 05/10/2020.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião.** Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, Gilson B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.39-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Leoveraldo C. de. **Economia, instituições e royalties**: o caso dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu binacional no Oeste Paranaense. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Toledo: Unioeste, 2008. 243f.

OLIVEIRA, Marines R. de; BEZERRA, Fernanda M.; SILVA, Gerson H. Hierarquização econômica dos municípios da microrregião de Cascavel, no ano de 2010. **Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe),** V. 12, n.3, Jul./Set. 2014.

OLIVEIRA, Tainá C. de; LIMA, Jandir F. A distribuição espacial da indústria têxtil no estado do Paraná. **Revista FAE**, Curitiba, v. 20, n. 1, p. 171-184, jan./jun. 2017.

ORBEN, Tiago A. **A revolta dos colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias.** Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: PUC-RS, 2014. 149f.

ORTEGA, Antonio C. Desenvolvimento territorial rural: os arranjos induzidos por políticas públicas e sua capacidade na promoção do desenvolvimento. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1980.

PAGANI, Regina N. **Análise da aglomeração produtiva do setor de móveis de metal e sistemas de armazenagem e logística de Ponta Grossa – PR**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Ponta Grossa: UTFPR, 2006. 144f.

PAIXÃO, Letícia A.; PRIORI, Angelo A. As transformações socioambientais da paisagem rural a partir de um desastre ambiental (Paraná, 1963). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 28, no 56, p. 323-342, jul./dez. 2015.

PAULA, Amarildo S. de; BARROS, Omar N. F.; PRIETO, Rigoberto L.; RALICHI, Ricardo. Dinâmica da ocupação e uso do solo em Londrina (PR): sobre a interface urbano-rural. **Confins** [En ligne], 17 l 2013, mis en ligne le 18 mars 2012, consulté le 27 août 2020. URL : http://journals.openedition.org/confins/8159.

PARELLADA, Claudia Inês. PARELLADA, Cláudia I. **A herança de um tesouro**: Arqueologia da cidade colonial espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632), Fênix, Paraná. Curitiba: SAMP, 2014.

PARELLADA, Claudia Inês. O Paraná espanhol: cidades e missões jesuíticas no Guairá. In: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (org) **Missões:** conquistando almas e territórios, Curitiba: Imprensa Oficial, 2009, p.59-80.

PARELLADA, Claudia Inês. Revelando a arqueologia das fortificações no Paraná. **Revista Memorare**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 141-156, 2013.

PARELLADA, Claudia I. Revisão dos sítios arqueológicos com mais de seis mil anos BP no Paraná: discussões geoarqueológicas. **FUMDHAMentos**, VII, 2008.

PEDROSA, Breno V. A recepção da teoria dos polos de crescimento no Brasil. **Terra Brasilis (Nova Série)**, n. 9, p. 114, 2017.

PEGORARO, Éverly. Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas

interpretações. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 109-133, jan.-jun. 2008.

PICANÇO, Jefferson de L.; MESQUITA, Maria J. O sertão de Tibagi, os diamantes e o mapa de Angelo Pedroso Leme (1755). **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Paraty, 10 a 13 de maio de 2011.

PIMENTA, Carlos Alberto M. Tendências do desenvolvimento: elementos para reflexão sobre as dimensões sociais na contemporaneidade. **Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 10, n. 3 (número especial), p. 44-66, set/2014.

PIRES, Elson, L. S. As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 8, N. 2, p. 155-163, Set. 2007.

PRIORI, Ângelo. A guerra de Porecatu. **Diálogos**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 367-379, 2010.

PRATES, Thierry M. **Sistemas regionais de inovação em tecnologias ambientais**: um estudo de caso sobre o Paraná. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Curitiba: UFPR, 2006. 204f.

RADAR IDHM : evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017. Brasília: IPEA: PNUD : FJP, 2019. 65 p.

RAMOS, José M.; NUNES, Paulo, A.; BIANCO, Joseane L. Desigualdades regionais de desenvolvimento econômico do Paraná de 1999 a 2008. **Revista de Desenvolvimento Econômico.** Salvador, v. 13, n. 23, p. 90-105, jul. 2011.

RANGEL, Sheila. As diferenças regionais em relação ao desenvolvimento sócio-econômico da agricultura familiar brasileira. **Revista Eletrônica de Administração (Online)**, v. 11, n.1, edição 20, jan-jun 2012.

RECH, Clóvis; SCHOENHALS, Marlise; FOLLADOR, Franciele A. C. Influência da suinocultura na qualidade da água em microbacia agrícola no Sudoeste do Paraná. **Engenharia Ambiental**. Espírito Santo do Pinhal, v. 5, n. 3, p. 254-273, set./dez. 2008.

REOLON, Cleverson A. **A aglomeração urbana da soja**: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização da mesorregião Oeste paranaense. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio), Toledo: Unioeste, 2007, 138f.

REIS, Cirineu R. dos. **Agronegócio e urbanização**: a relação rural-urbano em Cascavel-PR. Dissertação (Mestrado em Geografia). Francisco Beltrão: Unioeste, 2017, 113f.

RIBEIRO, Antonio G. As transformações da sociedade e os recursos da natureza na região de Palmas e Guarapuava. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 17-79, set, 1989.

RIBEIRO, Darcy. **Aos trancos e barrancos**: como o Brasil deu no que deu. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.

RIBEIRO, Vitor H.; GONÇALVES JÚNIOR, Francisco de A.; PAIVA, Raniere G. Transformações da paisagem rural da microrregião de Paranavaí-PR e a expansão da cana-de-açúcar nos municípios de Tamboara e Itaúna do Sul de 1970-2012. Revista **Percurso – NEMO**, Maringá, v. 5, n. 1 , p. 55- 86, 2013.

RIBEIRO, Vitor H.; RIBEIRO, Paulo S. Considerações sobre a industrialização paranaense e novas dinâmicas em pequenas cidades. **Geoingá**. Maringá, v. 1, n. 2 , p. 69-90, 2009.

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná**: uma análise de 1950 a 2000. Tese (Doutorado em Demografia). Campinas: Unicamp, 2005. 250f.

RIPPEL, Ricardo; LIMA, Jandir F. de. Polos de crescimento econômico: notas sobre o caso do estado do Paraná. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 136 - 149, jan./abr. 2009.

ROCHA, Adalberto; BARCHET, Isabela. O rural e o urbano no estado do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 115126, mai.-ago, 2015.

ROCHA, Márcio M. **Vazios demográficos como resultado de um modelo de desenvolvimento concentrador**: um ensaio sobre a mesorregião Norte Central paranaense. Boletim de Geografia. Maringá, n. 17, p. 73-79, 1999.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. Instituições de ensino superior e desenvolvimento da Região Norte do Paraná**. Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 87-102, set./dez. 2009.

ROSA, Lilian da; SOUZA, Taciana S. de. Evolução do setor ervateiro durante o século XIX: uma análise dos avanços tecnológicos na cadeia produtiva. **História Econômica & História de Empresas**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 9-40, 2019.

SAAB, Thiago B.; BRAGUETO, Cláudio R. Industrialização do município de Londrina-PR: processo inicial e transformações recentes. **Geografar**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 62-87, dez. 2015.

SZESZ, Christiane Marques. **A invenção do Paraná**: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920). Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Curitiba: UFPR, 1997. 187f.

SAMPAIO, Daniel P. **Desindustrialização e estruturas produtivas regionais**. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: 2015. 234f.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Anadalvo J. dos; NOGUEIRA, Alex S. Evolução da política florestal paranaense a partir da década de 90. **Floresta**, Curitiba, PR, v. 37, n. 3, set./dez. 2007.

SCHLINDWEIN, Cleiton; CARDOSO, Bárbara F.; SHIKIDA, Pery F. A. Evolução dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico nos municípios que recebem royalties da Itaipu Binacional. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (*Brazilian Journal of Urban Management*)**, v. 6, n. 3, p. 361-375, set./dez. 2014.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

SESSO, Patrícia P. *et al*. Análise exploratória de dados espaciais da produção de café no estado do Paraná, 1980-2018. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 37, n. 3, e26768, 2020.

SILVA, Nivaldo P. Da; FRANCISCO, Antonio C.; THOMAZ, Marcos S. **CVTempespaço**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 22-37, 2010.

SONDA, Claudia; BERGOLD, Raul C. Paraná: terra, floresta e gentes. In: PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de O.; MARQUES, Sônia dos S. (orgs**.). Memória dos povos do campo no Paraná**: Centro-Sul. Curitiba: ITCG, 2013, p. 15-40.

SOUZA, Edson B. C. de. Políticas territoriais de desenvolvimento regional: o planejamento em foco nas margens do Lago de Itaipu – Costa Oeste do Paraná**. Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.115, p.125-147, jul./dez. 2008.

SOUZA, Edson B. C. de; SILVA, José F. M. da. A (re)organização do espaço em Guaíra após o fim das Sete Quedas. **RA´E GA**, Curitiba, n. 14, p. 85-95, 2007.

SOUZA, Marcelo L. de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jul./dez. 1997.

SOUZA, Maria A. A. de. Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 46, p. 38-87, dez. 1971.

SOUZA, Natalino A. de; PORCILE, José G. Arranjos produtivos locais: o caso de chapas e laminados de Ponta Grossa**. Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.114, p.53-85, jan./jun. 2008.

SOUZA, Roberto M. de. **Na luta pela terra, nascemos faxinalenses**: uma reinterpretação do campo intelectual de debates sobre os faxinais. Tese (Doutorado em Sociologia). Curitiba: 2010. 329f.

STEIN, Marcos N. Imigração, colônias agrícolas e etnicidade: uma análise sobre discursos de identificação no Paraná. **História: Debates e Tendências** – v. 14, n. 1, jan./jun. 2014, p. 108-123.

SZESZ, Christiane M. **A invenção do Paraná**: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920). Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Curitiba: UFPR, 1997. 187f.

TAVARES, Luís Almeida. **Campesinato e os faxinais do Paraná**: as terras de uso comum. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2008. 756f.

THAUMATURGO, Leila R. Y.; SIMÕES, Silvio J. C.; TRANNIN, Isabel C. de B. A construção da usina hidrelétrica de Itaipu e seu impacto sobre a urbanização de Foz do Iguaçu. **Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR**, Foz do Iguaçu, 13 a 18 de abril de 2013.

TEZANOS VÁZQUEZ, Sergio. América Latina y el caribe em la Agenda 2030. **Documentos de Trabajo** (Fundación Carolina). Madrid, n. 5, p. 5-24, abr. 2019.

TOMAZI, Nelson D. **Norte do Paraná**: história e fantasmagorias. Tese (Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 1997. 338f.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingáng da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. Tese (Doutorado em Antropologia). São Paulo: USP, 1995. 351f.

TONIOL, Rodrigo; STEIL, Carlos A. O idioma ambiental e a promoção de caminhadas na natureza: etnografia de uma política de turismo rural no Vale do Ivaí. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.122, p.293-322, jan./jun. 2012.

TRICHES, Rozane M.; KILLIAN, Leideliane. Papel dos atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios paranaenses. **Redes** (St. Cruz Sul, *Online*), v. 21, nº 3, p. 159 - 179, set./dez. 2016.

VARGAS, Cilos R.; SCATOLIN, Fabio D. Investimentos em transportes, desenvolvimento e o papel do Estado na economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.113, p.83-102, jul./dez. 2007.

VICENTE, Raquel F.; VANZELA, André L. L.; TOREZAN, José M. Representatividade de ecossistemas no sistema de unidades de conservação no estado do Paraná, Brasil. **Natureza & Conservação**, v. 7, n. 1, p. 50-66, abr. 2009.

WACHOWICZ, Ruy. C. **História do Paraná**. 10ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. 307p.

ZUBYK, Adriana R. et al. Eficiência na gestão dos gastos municipais em educação e saúde: um estudo baseado na análise envoltória de dados no estado do Paraná. **Enfoque**, Maringá, v. 38, n. 1, p. 123139, jan./abr. 2019.

SOBRE OS AUTORES

SERGIO FAJARDO - Professor Associado da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PR), UNICENTRO, em Guarapuava - PR. Doutor em Geografia pela UNESP, Campus de Presidente Prudente - SP (2007) e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2000) onde também se graduou em Geografia (1997). Realizou Pós-Doutorado em Geografia na Universidade Estadual de Maringá - UEM, entre fevereiro de 2017 e fevereiro de 2018. É líder do Grupo de Pesquisa Geografia Agrária, Ruralidades e Território (CNPq). Tem experiência em pesquisa, ensino e publicações na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Agrária, Econômica e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Espaço Rural, Desenvolvimento Regional, Organização do Espaço, Estudos Agrários, Cooperativismo Agropecuário, Paisagem Rural, Territorialidade Corporativa, Setor Agroindustrial, Agricultura Familiar, Economia Regional e Território, Categorias Geográficas e Epistemologia da Geografia. É autor dos livros: Territorialidades Corporativas no Rural Paranaense, publicado em 2008, e Cooperativas Agropecuárias no Complexo Agroindustrial, de 2012. Também foi organizador do livro intitulado: Geografia Agrária, Ruralidades e Território: processos locais no espaço rural, em 2018. Foi Vice-Chefe do Departamento de Geografia da UNICENTRO, em Guarapuava-PR, 2009-2010, e ocupou o cargo de Chefe do Departamento de Geografia da UNICENTRO nos períodos 02/2011 a 02/2013 e 02/2015 a 02/2017. Foi Coordenador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unicentro entre 2014 e 2015. É professor e membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Unicentro, onde orienta no mestrado e no doutorado.

LUIZ ALEXANDRE GONÇALVES CUNHA - Professor Associado da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR), Possui graduação em Geografia pela UERJ (1979), mestrado em História Econômica pela UFPR (1987) e doutorado em Ciências Sociais pela UFRRJ (2003). Diretor do Setor de Ciências Exatas e Naturais-SEXATAS. É líder do Grupo de Estudos sobre Geodesenvolvimento – GeoDEs (CNPq). Atua no curso de graduação em Geografia e nas pós-graduações em Geografia e Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. Orienta projetos nas áreas e temáticas descritas neste resumo. Coordena e participa de pesquisas e projetos relacionados ao geodesenvolvimento (desenvolvimento local, regional, rural e urbano) e às políticas públicas de combate ao subdesenvolvimento, desigualdades sociais e de fomento à economia solidária e social. Coordena projetos de pesquisa e extensão vinculados ao Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários-IESOL da UEPG que atua de acordo com os princípios da Economia Solidária. Os temas de interesse estão relacionados à Geografia Humana e Ciências Sociais, Econômicas e Políticas, em especial Geografia Econômica e Regional, Sociologia Econômica e do Desenvolvimento e Economia Regional e do Bem Estar Social, que mantenham relação com o geodesenvolvimento, abordando as políticas públicas de combate à pobreza nos espaços rurais e urbanos (territórios rurais e da cidadania, transferência de renda, segurança alimentar, economia solidária, segurança alimentar) e as políticas de industrialização, agroindustrialização, arranjos produtivos locais, industrialização difusa, pluriatividade.

Paraná:
Desenvolvimento e Diferenças Regionais

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2021

Paraná:
Desenvolvimento e Diferenças Regionais

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2021